



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060
Telefone: - www.ac.gov.br

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 070/2026- COMPRASGOV N.º 90070/2026

O Estado do Acre, por intermédio da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, infra qualificada, torna público aos interessados que na data, horário, e condições abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO na forma ELETRÔNICA**, tudo de conformidade com Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei nº. 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº. 14.133/2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Esta licitação foi regularmente autorizada pelo **Órgão Contratante** conforme consta no processo administrativo, sendo a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, órgão da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, responsável pelos procedimentos licitatórios, designada como **Órgão Promotor** da licitação.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:	0761.012746.00059/2025-63
ÓRGÃO CONTRATANTE:	Secretaria de Estado de Indústria, Ciência e Tecnologia - SEICT
UASG:	927996
MODALIDADE:	PREGÃO
FORMA:	ELETRÔNICO
SRP:	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	<input type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR ITEM <input checked="" type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR LOTE <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE
MODO DE DISPUTA:	<input checked="" type="checkbox"/> ABERTO
VALOR DE CARÁTER SIGILOSO:	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
VALOR ORÇADO:	<input checked="" type="checkbox"/> Valor Estimado <input type="checkbox"/> Valor Máximo Aceitável <input type="checkbox"/> Valor de Referência
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS (Observado o disposto no art. 4º § 1º da Lei 14.133/2021)	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (DISPUTA ABERTA):	VALOR [R\$ 0,01]
INVERSÃO DE FASES:	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
PROVEDOR:	Sistema de Compras do Governo Federal (COMPRASGOV). http://www.gov.br/compras/pt-br/
DATA DA ABERTURA:	23/03/2026
HORÁRIO DE BRASÍLIA:	09h15min
PERÍODO DE RETIRADA:	04/03/2026 à DATA DE ABERTURA
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	http://www.gov.br/compras/pt-br/ e/ou http://www.licitacao.ac.gov.br
PREGOEIRO(A):	Francisco Alves de Souza Neto
NOMEAÇÃO:	Portaria SEAD nº. 262 de 12 de Março de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre, ano LVII, Nº. 13.980 de 13 de Março de 2025.
Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.	

O Pregão será realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a ser designado por esta secretaria, bem como os Servidores que irão compor a equipe de apoio. Na ausência ou impedimento do(a) Pregoeiro(a) ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a Registro de Preços para contratação de empresa especializada para a implantação e locação de solução integrada e especializada para **gerenciar e controlar as operações logísticas, fiscais, aduaneiras e administrativas do recinto alfandegado da Administradora da Zona de Processamento de Exportação (AZPE)**, contemplando toda a infraestrutura tecnológica, hardwares (equipamentos) e softwares de forma integrada, atendendo aos requisitos operacionais da Receita Federal do Brasil e demais requisitos necessários, incluindo: **licenciamento, implantação, parametrização, treinamento, suporte técnico e manutenção**, destinada à **gestão do recinto alfandegado da Zona de Processamento de Exportação (ZPE)** sob o âmbito desta secretaria SEICT, para fins de operação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Estado do Acre.

1.2. Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I deste Edital prevalecerão

às últimas.

1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I: Termo de Referência

Anexo II: Minuta da ata de Registro de Preço

Anexo III: Minuta de Contrato

Anexo IV: Modelo de Proposta de Preços

Anexo V: Matriz de Risco

2. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do **Anexo II** e condições previstas neste Edital.

2.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de (01) um ano contado da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço.

2.2.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. [341 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

3. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

3.1. Qualquer pessoa poderá apresentar pedido de esclarecimentos ou impugnação ao edital de licitação, por meio eletrônico, no e-mail: selic.protocolo@gmail.com, ou excepcionalmente ou por escrito e entregue sob protocolo da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, localizada na Estrada do Aviário, 927 – Bairro Aviário - Rio Branco/Acre - CEP 69900-830, de segunda à sexta feira, no horário de 7h às 14h, **em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública**.

3.2. O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela fase preparatória.

3.3. A impugnação não possuirá efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo(a) Pregoeiro(a) nos autos do processo de licitação.

3.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas por meio de notificações no sistema COMPRASGOV <http://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <http://www.licitacao.ac.gov.br>, ficando todos os interessados obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

3.5. Acolhida a impugnação, será republicado o edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para a realização do certame, observando-se a regra do art. 145 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. A participação na licitação importa total, irrevogável e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

4.2. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO os interessados que:

4.2.1. Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

4.2.2. Estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

4.2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.3. **Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação:**

4.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.8. tenham agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;

4.3.8.1. A vedação de que trata o **item anterior** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.3.9. estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado**.

4.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.3.12. Conste a inscrição da empresa no [Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP](#). Sendo a inscrição impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.

4.4. O impedimento de que trata o **item 4.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 4.3.2 e 4.3.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.7. O disposto nos itens **4.3.2 e 4.3.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

5. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

5.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <http://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.2. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico de compras implicará a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à licitação.

5.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico de compras durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Caberá ao licitante interessado em participar do processo licitatório na forma eletrônica observar o disposto no [art. 148 do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, **conforme o critério de julgamento adotado neste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

6.4. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que :**

6.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, conforme disposto no [art. 63 § 1º da Lei 14.133/2021](#).

6.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

6.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

6.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.5. O licitante organizado em cooperativa, **quando permitido a participação**, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.6. **O fornecedor enquadrado como microempresa e empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.**

6.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.7. A falsidade da declaração de que trata os **itens 6.4 ou 6.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima, conforme estabelece o [artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)

6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto, conforme estabelece a [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022 \(art. 19, § 1º\)](#).

6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 6.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. **Valor unitário e total ou percentual de desconto conforme critério estabelecido no preâmbulo deste edital**, e demais informações exigidas no próprio campo do sistema.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações, quando participarem de licitações públicas.

7.7. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência.

7.8. A existência de elementos na proposta que permitam a identificação do licitante, antes da fase de lances, ensejarão a desclassificação da proposta inicial, conforme estabelece no [art. 151 § 4º do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

8. DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

8.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando, quando houver, a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

- 8.5.1. Na inversão de fases prevista no item anterior, serão observadas as seguintes disposições:
- I - apresentação simultânea pelos licitantes dos documentos de habilitação e das propostas, exceto os relativos à regularidade fiscal;
 - II - análise dos documentos de habilitação de todos os licitantes;
 - III - divulgação do resultado da habilitação;
 - IV - disputa entre os licitantes habilitados;
 - V - exigência e análise dos documentos relativos à regularidade fiscal apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar;
 - VI - divulgação do resultado do julgamento; e
 - VII - previsão de duas etapas recursais, observando-se o disposto no [art. 241 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).
- 8.6. Qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.
- 9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO**
- 9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 9.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.
- 9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do lote.
- 9.6. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.
- 9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observando-se, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir o melhor lance.
- 9.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme intervalo disposto no preâmbulo do edital.
- 9.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 9.11. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexecutável.
- 9.12. Neste Pregão o **modo de disputa adotado é o "aberto"**, assim definido no [art. 155 do Decreto Estadual n.º 11.363, de 22 de novembro de 2023](#).
- 9.13. O envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa "aberto"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.13.1.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.13.1.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 9.13.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 9.13.2.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances.
- 9.13.2.2. Os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação.
- 9.13.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de classificação.
- 9.14. Não serão registrados lances iguais na etapa de disputa aberta e prevalecerá o que for registrado primeiro.
- 9.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado o, **vedada a identificação do licitante**.
- 9.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após comunicação expressa no sistema, sempre que possível, no turno seguinte ou em outra data previamente comunicada aos participantes com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
- 9.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.18. Após apresentação da proposta e/ou lances não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).
- 9.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática no sistema. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 9.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 9.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 219 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 nesta ordem:
- 9.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;
 - 9.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 9.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 9.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 9.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 9.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 9.21.2. empresas brasileiras;
 - 9.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 9.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 9.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em sessão pública, para o qual todos os licitantes serão convocados.
- 9.23. O(A) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter

competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica no sistema.

- 9.23.1. Eventual exclusão de proposta do licitante na hipótese de que trata o item anterior implicará a retirada do licitante do certame.
- 9.24. Definido o resultado da disputa, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar o preço com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.
- 9.24.1. Ao licitante é assegurado o **prazo mínimo de 5 (cinco) minutos** para manifestação e/ou resposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado.
- 9.24.1.1. Caso o licitante manifeste o interesse em negociar, o(a) Pregoeiro(a) poderá conceder novo prazo para aceitação da contra proposta.
- 9.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou com o percentual abaixo do definido pela Administração.
- 9.24.3. A negociação será realizada, exclusivamente, por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 9.25. Antes da convocação para apresentar a proposta adequada ao último lance, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.25.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- 9.25.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e
- 9.25.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).
- 9.25.3.1. O registro sanção da empresa no SICAF ou CEIS ou CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 9.26. O(A) Pregoeiro(a) solicitará o envio da proposta de preços conforme condições mínimas previstas no **Modelo de Proposta de Preços constante do Anexo IV deste edital , no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, adequada ao valor final ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, **sob pena de desclassificação**.
- 9.27. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).
- 9.28. Para o envio dos documentos, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.
- 9.28.1. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.
- 9.28.2. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.
- 9.29. Incumbirá o Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.
- 9.30. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE

- 10.1. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á **conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo deste edital**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital e seus anexos.
- 10.2. O(A) Pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto especificado e à compatibilidade do preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, em relação ao estimado pela contratação.
- 10.3. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão .**
- 10.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 10.4.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 10.5. **Será desclassificada a proposta que:**
- 10.5.1. Não atender às especificações técnicas previstas neste edital e seus anexos;
- 10.5.2. Permanecer, após a etapa de negociação, com preço acima do orçamento estimado para a contratação ou com o percentual abaixo ao estimado para a contratação ;
- 10.5.3. Apresentar desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do edital;
- 10.5.4. Apresentar preço manifestamente inexequível.
- 10.5.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 10.5.5. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Administração.
- 10.6. Considera-se indícios de inexequibilidade da proposta:
- 10.6.1. em serviços de engenharia, valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública; e
- 10.6.2. no caso de fornecimentos e serviços em geral, é indicio de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 10.7. O(A) Pregoeiro(a) por meio de diligência, deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.
- 10.7.1. A inexequibilidade, só ficará comprovada quando, cumulativamente:
- 10.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 10.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 10.8. Em sede de diligência, somente será possível a aceitação de novos documentos quando:
- 10.8.1. necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;
- 10.8.2. destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.
- 10.9. O(A) Pregoeiro(a), por meio de diligência, poderá encaminhar o processo para o órgão ou entidade demandante para que se manifeste a respeito da exequibilidade da proposta.
- 10.10. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.
- 10.11. Quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para negociação.
- 10.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 10.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11. DA HABILITAÇÃO

- 11.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à

qualificação econômica financeira e qualificação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.

- 11.2. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.
- 11.3. As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica:
- 11.3.1. **Habilitação Jurídica**
- a) Contrato social ou instrumento equivalente.
- 11.3.2. **Regularidade Fiscal e Trabalhista**
- a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei
- c) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado.
- d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- 11.3.3. **Qualificação Econômico-Financeira**
- a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado**
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações **contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme estabelece o [Art. 69 da Lei 14.133/2021](#).
- b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.
- c) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).
- 11.3.4. **Qualificação Técnica**
- a) **Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os bens ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.
- b) **E demais exigências solicitadas no ITEM 25 do Termo de Referência - Anexo I, do edital.**
- 11.4. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 11.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe e documentos complementares (quando for o caso) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a), **sob pena de inabilitação**.
- 11.5.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).
- 11.5.2. Para tanto, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.
- 11.5.3. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.
- 11.5.4. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.
- 11.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.
- 11.7. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).
- 11.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e das EPPs será exigida nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, ou de outro que vier a substituí-lo.
- 11.9. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado **prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período**, para a regularização da documentação, sob pena de inabilitação.
- 11.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.
- 11.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou de aceitação ou retirada de instrumento equivalente, os documentos de que trata o item acima serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que vier a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 11.11. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão .**
- 11.12. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em versão original ou por cópia simples, por meio do sistema eletrônico.
- 11.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 11.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.
- 11.15. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o(a) Pregoeiro(a) declarará o(s) licitante(s) habilitado(s) e vencedor(es) do(s) respectivo(s) item(ns) ou lote(s) do certame.
- 11.16. A indicação do vencedor, e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no Sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

12. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

- 12.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o(a) Pregoeiro(a), mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação.
- 12.1.1. A diligência deverá ser registrada em ata acessível aos licitantes.
- 12.2. Será vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- I - complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado; e
- III - comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.
- 12.3. Para os fins do disposto no inciso III do item acima, será admitida a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente à condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.
- 12.4. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

- 12.5. A realização de diligências não conferirá ao licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autorizará o(a) Pregoeiro(a) a fazer exigências novas não previstas no edital.
- 12.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a).
- 12.6.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).
- 12.7. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 12.8. Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a Administração Pública poderá fixar o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas esboçadas das causas de desclassificação ou inabilitação.

13. DOS RECURSOS

- 13.1. Do julgamento das propostas e da decisão de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo não inferior a 20 (vinte) minutos**, manifestar sua intenção de recorrer, **sob pena de preclusão**.
- 13.1.1. O prazo para manifestação concedida no subitem anterior será de no mínimo 10 (dez) minutos por fase (proposta e habilitação).
- 13.2. A apresentação das razões recursais deverá ser feita no prazo de **03 (três) dias úteis contados do dia útil subsequente, inclusive, à data de manifestação da intenção de recorrer**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do dia útil subsequente, inclusive, ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata das razões.
- 13.3. A apreciação se dará em fase única; e
- 13.4. Os efeitos do ato ou da decisão recorrida ficarão suspensos até a decisão final da autoridade competente.
- 13.5. Quando houver a inversão de fases de que trata o art. 141 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, a fase recursal ocorrerá em duas etapas, observando-se as seguintes disposições específicas, sem prejuízo das regras gerais previstas no caput:
- 13.5.1. intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, conforme o caso; e
- 13.5.2. a apreciação dar-se-á em duas fases, após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, a partir da declaração do licitante vencedor, conforme o caso.
- 13.6. O recurso será dirigido ao(a) Pregoeiro(a), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, com a sua motivação, à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento do processo.
- 13.7. A decisão do recurso deverá ser divulgada no sistema eletrônico.
- 13.8. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.
- 13.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior do órgão ou entidade demandante, que poderá:
- 14.1.1. determinar o retorno do processo para saneamento de eventuais irregularidades;
- 14.1.2. revogar a licitação por motivo superveniente de conveniência e oportunidade;
- 14.1.3. anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que verificada ilegalidade insanável; e
- 14.1.4. adjudicar o objeto, no caso de recurso sem o juízo de retratação, e homologar a licitação.

15. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DO CADASTRO DE RESERVA

- 15.1. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:
- 15.1.1. Serão registrados na ata de registro de preços os preços e os quantitativos do adjudicatário, observando-se o disposto no inciso V do caput do art. 319 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.
- 15.1.2. Será incluído na ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro:
- a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observando-se a classificação na licitação; e
- b) dos licitantes ou fornecedores que mantiverem sua proposta original.
- 15.1.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata de registro de preços.
- 15.2. O registro de que trata o item 15.1.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata de registro de preços.
- 15.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” do item 15.1.2, antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do referido item.
- 15.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva de que tratam o item 15.1.2 e o item 15.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 15.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 15.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 331 e art. 332 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.
- 15.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 15.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 15.6.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 15.6.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

- 16.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 e as demais condições previstas no Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

17. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

- 17.1. Não será permitida participação de empresas sob a forma de consórcio, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

18. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

- 18.1. Não se aplica.

19. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 19.1. Não será permitida a subcontratação, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

20.	DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A ENTREGA DO OBJETO
20.1.	Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.
21.	DAS FORMAS, CONDIÇÕES, PRAZOS DE PAGAMENTO, E CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DO PREÇO
21.1.	Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.
22.	DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL
22.1.	Haverá garantia de execução contratual, conforme disposto no Anexo I deste Edital
23.	DO TERMO DE CONTRATO
23.1.	Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.
24.	DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO
24.1.	Será conforme disposto no Anexo I e/ou Anexo III deste Edital.
25.	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
25.1.	Não se aplica.
26.	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
26.1.	As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas nos arts. 155 à 163 da Lei n.º 14.133/2021 , e às demais cominações legais, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
26.2.	Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas através do endereço eletrônico (e-mail) indicado em sua proposta.
26.3.	Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.
27.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
27.1.	As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
27.2.	Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata.
27.3.	A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo o órgão demandante, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 .
27.4.	A autoridade superior do órgão ou entidade demandante poderá revogar o processo licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular o processo licitatório por ilegalidade insanável, por meio de ato escrito e fundamentado, conforme estabelece no Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023 .
27.5.	Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do processo licitatório, conforme dispõe o Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023 .
27.6.	A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo órgão demandante.
27.7.	Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.
27.8.	Todas as referências de tempo estabelecidas no edital, nos avisos e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília - Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre e na documentação relativa ao certame.
27.9.	Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.
27.10.	Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório
27.11.	Será facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.
27.12.	As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, declarações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
27.13.	O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, conforme dispõe o art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021 .
27.14.	Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as disposições previstas no art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021 .
27.15.	O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sítios http://www.gov.br/compras/pt-br/ , http://www.licitacao.ac.gov.br , e ainda no Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Acre - LICON.
27.16.	O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sítios http://www.gov.br/compras/pt-br/ e/ou http://www.licitacao.ac.gov.br .
27.17.	Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (68) 3215-4600 ou através de e-mail selic.protocolo@gmail.com .
27.18.	O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o do foro da comarca, de Rio Branco - AC.

Elaborado por:

Isabella Maria Prado Nogueira
Divisão de Conformidade e Elaboração de Editais - DIVCON



Documento assinado eletronicamente por **ISABELLA MARIA PRADO NOGUEIRA, Assistente Administrativo**, em 03/03/2026, às 11:19, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019647341** e o código CRC **46307BE7**.

ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 15/2026/SEICT - AZPE

Processo nº 0761.012746.00059/2025-63

1. OBJETIVO

1.1. A presente contratação tem como objetivo de instalar e locar uma solução integrada e especializada para **gerenciar e controlar as operações logísticas, fiscais, aduaneiras e administrativas do recinto alfandegado da Administradora da Zona de Processamento de Exportação (AZPE)**, com vistas a:

- Atender às exigências da Receita Federal do Brasil (RFB) e demais órgãos de controle sobre recintos alfandegados;
- Promover a rastreabilidade e o controle de bens, insumos e mercadorias sob regime aduaneiro especial;
- Automatizar processos de entrada, permanência, movimentação e saída de mercadorias no recinto;
- Integrar-se aos sistemas governamentais, como **SISCOMEX, Portal Único de Comércio Exterior, SEFAZ**, entre outros;
- Assegurar a segurança da informação, a integridade dos dados e a conformidade com a **Legislação Aduaneira e a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais)** ;
- Disponibilizar ferramentas de gestão e relatórios gerenciais para apoio à fiscalização, tomada de decisão e auditorias;
- Garantir a continuidade operacional da ZPE por meio de uma plataforma robusta, escalável, com suporte técnico e manutenção contínua.

2. OBJETO

2.1. Contratação de empresa especializada para a implantação e locação de solução integrada e especializada para **gerenciar e controlar as operações logísticas, fiscais, aduaneiras e administrativas do recinto alfandegado da Administradora da Zona de Processamento de Exportação (AZPE)**, contemplando toda a infraestrutura tecnológica, hardwares (equipamentos) e softwares de forma integrada, atendendo aos requisitos operacionais da Receita Federal do Brasil e demais requisitos necessários, incluindo: **licenciamento, implantação, parametrização, treinamento, suporte técnico e manutenção**, destinada à **gestão do recinto alfandegado da Zona de Processamento de Exportação (ZPE)** sob o âmbito desta secretaria SEICT, para fins de operação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Estado do Acre.

3. DA FUNDAMENTAL LEGAL

3.1. A contratação prevista neste termo tem amparo legal na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021; no Decreto nº 11.363/2023, Decreto Estadual nº 5.965/10 (Procedimento Administrativo e a Aplicação de Sanções), na Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), de 11 de setembro de 1990; e nos Decretos Estaduais nº 5.965, Lei nº 123/2006 (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno porte) e suas alterações, e demais normas legais aplicáveis.

3.2. **Objeto:** Aquisição de Bens e Serviços de Software para recinto alfandegado de ZPE

3.3. **Fundamentação:** Art. 28, §1º, e Art.6º, inciso XXVII, da **Lei nº 14.133/2021**.

3.4. A escolha justifica-se pela contratação de solução já existente para a gestão logística e aduaneira, que atende plenamente os requisitos da AZPE.

3.5. A adoção do **tipo menor preço por LOTE** se mostra adequada à natureza do objeto e ao interesse da Administração Pública.

3.6. A contratação será regida pelas:

3.7. Lei nº 11.508/2007, alterada pela Lei nº 14.184/2021 – Dispõe sobre Zonas de Processamento de Exportação;

3.8. Portaria RFB nº 143/2022 – Estabelece requisitos para alfandegamento de recintos;

3.9. Portaria Coana nº 72/2022 – Detalha requisitos técnicos para sistemas informatizados de controle aduaneiro;

3.10. Portaria Coana nº 80/2022 – Define padrões para videomonitoramento e OCR;

3.11. Instrução Normativa RFB nº 952/2009, com alterações da IN RFB nº 1.966/2020;

4. MODALIDADE

4.1. Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços por LOTE

5. DO REGIME DE EXECUÇÃO

5.1. O objeto dar-se-á sob o regime de execução indireta: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

6. DA DESCRIÇÃO DE CATEGORIA DE INVESTIMENTO

() Outros serviços Pessoa Jurídica

() Equipamento de Apoio

() Equipamento de TI

() Consultoria/Auditoria/Assessoria

() Despesa de Custeio

() Bens de Consumo

() Material Permanente

(X) Locação

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

7.1. O Registro de Preços independe de previsão orçamentária. Isso porque não há a obrigatoriedade da contratação, portanto não há necessidade de se demonstrar a existência do recurso. Essa comprovação só é exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

7.2. Nesse sentido, o disposto no art. 301 do Decreto Estadual nº 11.363/2023, remete expressamente ao disciplinado no art. 82 ao art. 86 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 301. No SRP não será necessária a apresentação da dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, sendo, contudo, obrigatória a indicação dos códigos do elemento de despesa e do item do material ou serviço no e-fisco.

7.3. No preço foram computados todos os impostos, taxas, fretes e demais despesas que, direta ou indiretamente tenham relação com o objeto do contrato, isentando a Administração de quaisquer ônus por despesas decorrentes.

8. DA VALIDADE DA ATA

8.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de publicação, podendo se prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

8.2. Em caso de prorrogação da ata, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

9. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Fica autorizada adesão à Ata de Registro de Preços decorrentes do Pregão Eletrônico, nos termos do art. 334 do Decreto Estadual 11.363/2023.

9.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, de acordo com as condições estabelecidas no art. 335 do Decreto Estadual nº 11.363/2023:

- I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- II - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- III - consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

9.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

9.4. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

9.5. Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços:

- I - as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do edital registrados na

ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes; e

II - a soma de todas as adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

9.6. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, hipótese em que não ficará sujeita ao limite de que trata o inciso II do caput, desde que:

I - seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto estadual; e

II - seja comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado, na forma prevista no Decreto nº 11.363/2023.

9.7. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

9.8. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão participante deverá efetivar a contratação solicitada, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

9.9. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

9.10. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da Ata de Registro de Preços.

10. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

10.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Estado de Indústria, Ciência e Tecnologia - SEICT.

11. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

11.1. O Governo do Estado do Acre, através da Secretaria de Estado de Indústria, Ciência e Tecnologia vem trabalhando em cooperação com a Administradora da Zona de Processamento de Exportações do Estado do Acre (AZPE/AC S. A.), para para reestruturar a Zona de Processamento de Exportações do Acre (ZPE), tendo em vista o Ato Declaratório Executivo SRRF02 nº 03, de 30 de março de 2012 (DOU, 04/04/2012) declarou “*alfandegada, por prazo indeterminado e em caráter precário, a Zona de Processamento de Exportação – ZPE, no município de Senador Guimard, no Estado do Acre*”. Assim, a ZPE do Estado do Acre está legalizada, com 117 lotes de terreno regularizados e prontos para serem concedidos à iniciativa privada.

11.2. Visando habilitar a ZPE do Estado do Acre, tornando-a apta para operar com os órgãos aduaneiros, faz-se necessário implantar uma solução tecnológica integrada que permita aos órgãos aduaneiros realizar as suas operações associadas ao Regime ZPE e suas conexões;

11.3. A solução integrada deverá permitir o controle completo e automatizado das operações logísticas, fiscais, aduaneiras e administrativas da ZPE, compreendendo, entre outras funcionalidades:

- Registro e controle de entrada, permanência, movimentação e saída de mercadorias, veículos e pessoas no recinto;
- Disponibilização dos sistemas de **software integrados de bens e serviços**, incluindo **licenciamento, implantação, parametrização, treinamento, suporte técnico e manutenção**, destinada à **gestão do recinto alfandegado da Zona de Processamento de Exportação (ZPE)**;
- Gestão de estoques, inventários e rastreabilidade de bens sob regime aduaneiro especial;
- Integração com sistemas governamentais, como **SISCOMEX, Portal Único de Comércio Exterior, SEFAZ, e Receita Federal**;
- Geração de relatórios e informações exigidas por órgãos fiscalizadores;
- Controle de acesso por perfil de usuário e trilhas de auditoria;
- Segurança da informação, backup automático e atendimento à **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**;
- Disponibilidade de acesso por meio de interface web, com suporte a dispositivos móveis. A solução deverá ser entregue em pleno funcionamento, acompanhada de documentação técnica, treinamento para os usuários e garantia de suporte contínuo pelo período contratual.

11.4. A solução integrada acima deverá ser implantada e operada no espaço da ZPE do Acre, sediada no Município de Senador Guimard, que deverá atender na sua plenitude todos os requisitos legais e necessidades dos órgãos aduaneiros, garantindo o pleno funcionamento, fornecendo documentação técnica, treinamento para os usuários e garantia de suporte contínuo pelo período contratual.

11.5. Partindo dessas premissas, se faz necessário a contratação de uma empresa especializada para viabilizar o pleno funcionamento da área alfandegada da ZPE Acre, garantindo atendimento normativo das exigências da Receita Federal para operação da AZPE, conforme a **Portaria RFB nº 143/2022** que estabelece os **requisitos para o alfandegamento de recintos**, prevendo expressamente a **obrigatoriedade de infraestrutura tecnológica** que incluía:

- Sistemas de monitoramento eletrônico contínuo (24/7);
- Sistemas de leitura OCR/LPR de placas de veículos e contêineres;
- Sistemas de gestão de acesso e movimentação com interação direta com a Receita Federal (por meio do módulo Recintos da API-Recintos do Portal Único de Comércio Exterior);
- Videomonitoramento com padrões mínimos de resolução e armazenamento.

11.6. Por sua vez, a **Portaria Coana nº 72/2022** detalha os **requisitos técnicos e operacionais dos sistemas de controle informatizado de recintos**, exigindo **integração plena com os sistemas da Receita Federal**, o que demanda compatibilidade e interoperabilidade dos diversos componentes da solução tecnológica.

11.7. Frise-se, ainda, que a **Portaria Coana nº 80/2022** reforça as **exigências relativas a videomonitoramento e OCR**, estabelecendo padrões mínimos de resolução, tempo de armazenamento das imagens e índice de acurácia mínima de 90% nas leituras OCR, requisitos que exigem sistemas desenvolvidos e testados de forma coesa e integrada.

11.8. Conclui-se, então, que as Portarias supramencionadas impõem uma **lógica sistêmica de funcionamento das soluções tecnológicas, que exige integração plena entre software, hardware, sensores, OCR e redes de dados**, que nos exige a contratação adequada de uma empresa capacitada para operar e treinar o funcionamento do sistema adquirido.

11.9. Hoje a AZPE não está em funcionamento e para garantir o pleno funcionamento necessitamos contratar uma solução tecnológica, que garanta a conformidade com as normas técnicas da Receita Federal aplicáveis aos recintos alfandegados, sugerimos uma contratação unificada e que contemple todo o funcionamento das soluções tecnológicas, com integração plena entre *software*, *hardware*, sensores, OCR e redes de dados, a fim de garantir a conformidade com as normas técnicas da Receita Federal do Brasil aplicáveis aos recintos alfandegados, permitindo, ainda, que sua execução possa ser realizada em módulos, nos seguintes moldes:

11.10. A contratação de fornecedor único para toda a solução garante:

- Compatibilidade e interoperabilidade plena;
- Redução de riscos jurídicos e operacionais;
- Responsabilização unificada;
- Cumprimento rigoroso das exigências legais;
- Otimização do prazo de implantação.

11.11. A contratação da implantação e locação de solução integrada e especializada para **gerenciar e controlar as operações logísticas, fiscais, aduaneiras e administrativas do recinto alfandegado da Administradora da Zona de Processamento de Exportação (AZPE)**, contemplando toda a infraestrutura, serviços especializados ou não, e sistemas de **software integrada de bens e serviços**, incluindo **licenciamento, implantação, parametrização, treinamento, suporte técnico e manutenção**, destinada à **gestão do recinto alfandegado da Zona de Processamento de Exportação (ZPE)** sob o âmbito desta secretaria SEICT, para fins de operação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Estado do Acre, conforme os parâmetros estabelecidos pela Receita Federal do Brasil, legislação aduaneira e demais normativas aplicáveis.

11.12. A ausência de um sistema informatizado compromete a **eficiência operacional, a segurança jurídica, a integridade das informações e a transparência dos processos administrativos**, além de dificultar o relacionamento com os órgãos de controle e fiscalização.

11.13. Assim, a contratação visa:

- **Automatizar os processos logísticos, fiscais e aduaneiros** da AZPE;
- **Reduzir riscos operacionais e erros manuais**;
- **Aumentar a capacidade de controle e fiscalização**, tanto por parte do poder público quanto das próprias empresas instaladas;
- **Assegurar conformidade com a legislação vigente**, incluindo a Instrução Normativa RFB nº 1.208/2011 (ou sua atualização) e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- Colocar em funcionamento a ZPE.

11.14. Além disso, a contratação está alinhada ao interesse do Governo do Estado do Acre ao promover a **melhoria da gestão da política de desenvolvimento industrial e exportadora do Estado do Acre**, contribuindo para o fortalecimento da economia local, a atração de investimentos e a geração de empregos.

12. ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

12.1.

A presente contratação está plenamente alinhado às diretrizes e metas estabelecidas pelo Plano Plurianual do Estado do Acre 2024-2027 (Lei Estadual nº 3.979/2023). Ressalta-se, ainda, o papel institucional da Secretaria de Estado de Indústria, Ciência e Tecnologia (SEICT) enquanto órgão responsável pela formulação, coordenação e implementação de políticas públicas voltadas à transformação ao desenvolvimento tecnológico no âmbito estadual.

12.2.

E tem como objeto a **aquisição de uma solução de software integrada**, incluindo **licenciamento, implantação, parametrização, capacitação de usuários, suporte técnico e manutenção evolutiva e corretiva**, voltada à **gestão informatizada da Área da Zona de Processamento de Exportação (AZPE)** do Estado do Acre.

12.3.

A solução deverá atender integralmente aos requisitos operacionais, fiscais, logísticos e aduaneiros exigidos para a administração e controle de um **recinto alfandegado sob regime especial**, conforme regulamentações da Receita Federal do Brasil, legislação vigente e boas práticas de governança pública.

12.4.

À SEICT compete a implementação e operacionalização de ações estratégicas voltadas ao desenvolvimento do Estado do Acre, abrangendo políticas e iniciativas relacionadas ao emprego, relações comerciais, compras governamentais, licenciamento e monitoramento ambiental, incentivos à indústria, comércio e logística, implantação de indústrias e agronegócios, eficiência energética, gestão de parques e distritos industriais, bem como projetos e obras de engenharia.

12.5.

Dentro do corpo operacional da SEICT a AZPE é uma das autarquias de estado que integra o organograma e está sob sua responsabilidade.

12.6.

A contratação da solução da tecnologia para recinto alfandegado para AZPE deverá contribuir para o aumento da eficiência e rastreabilidade das operações aduaneiras, redução de erros manuais e retrabalhos, cumprimento das exigências legais e fiscais, melhoria da governança e transparência na gestão da AZPE, apoio à política de desenvolvimento industrial e exportador do Estado do Acre.

13. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

13.1.

Os serviços a serem executados possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital por meio de especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, como serviços de uso comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

13.2.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

14. REFERÊNCIA AO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

14.1.

A elaboração deste Termo de Referência está fundamentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), em conformidade com o Decreto Estadual nº 11.363/2023, Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, garantindo a precisão, clareza e suficiência na definição do objeto, presente no procedimento Virtual SEI.

15. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

15.1.

As atividades de implantação e locação de solução integrada e especializada para **gerenciar e controlar as operações logísticas, fiscais, aduaneiras e administrativas do recinto alfandegado da Administradora da Zona de Processamento de Exportação (AZPE)**, contemplando toda a infraestrutura, serviços especializados ou não, e sistemas **de software integrada de bens e serviços**, incluindo **licenciamento, implantação, parametrização, treinamento, suporte técnico e manutenção**, destinada à **gestão do recinto alfandegado da Zona de Processamento de Exportação (ZPE)** sob o âmbito desta secretaria SEICT, para fins de operação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Estado do Acre, conforme os parâmetros estabelecidos pela Receita Federal do Brasil, legislação aduaneira e demais normativas aplicáveis, deverão atender no mínimo às seguintes especificações:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL MÉDIO ESTIMADO UNICO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E DE 60 MESES PARA LOCAÇÃO
1	Implantação da Solução contendo, cabeios necessários, instalação de equipamentos, configuração de equipamentos, mão de obra.	SERVIÇO	1	R\$	R\$
2	Locação da Solução	Mês	60	R\$	R\$
VALOR TOTAL					R\$

15.2.

Para os Escopos Infraestrutura e OCR(Veículos e Contêineres), é cobrado um valor de mobilização, equivalente a 20% do valor total a ser pago para que se iniciem a implantação do serviço. Será pago 40% do valor com 60 dias de início da implantação e os restantes 40% no fim da implantação.

15.3.

Para os Escopos Microinformática e CPD, o valor de 50% é feito na entrega dos equipamentos e o pagamento dos 50% restantes será efetuado na finalização da instalação.

15.4.

A Sete Tecnologia também atua fornecendo na modalidade de aluguel, realizando a implantação e a locação de solução integrada e especializada para o gerenciamento e controle das operações logísticas, fiscais, aduaneiras e administrativas do recinto alfandegado da Administradora da Zona de Processamento de Exportação (AZPE). A solução compreenderá toda a infraestrutura tecnológica, incluindo hardwares (equipamentos) e softwares de forma integrada, em conformidade com os requisitos operacionais da Receita Federal do Brasil e demais exigências aplicáveis. Estão contemplados, ainda, os serviços de licenciamento, implantação, parametrização, treinamento, suporte técnico e manutenção, destinados à gestão do recinto alfandegado da Zona de Processamento de Exportação (ZPE), para fins de operação da ZPE do Estado do Acre.

15.5.

Os escopos incluídos nesta contratação são Sistema, Vídeo Monitoramento e Serviços Continuados.

15.6.

O prazo de vigência contratual será de 60 (sessenta) meses, com valor mensal de R\$ (XXXXXXXXXX), com pagamento inicial, a título de mobilização, no valor de R\$ XXXX (XXXXXX).

16. ORÇAMENTO ESTIMADO

16.1.

O valor estimado para a contratação pretendida é de **R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXX)**

17. DA PROPOSTA DE PREÇO

17.1.

Na Proposta de Preços deverão constar, pelo menos, as seguintes condições:

17.2.

Razão social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (E-mail), este último se houver, para contato, bem como nome do proponente ou de seu representante legal, CPF, RG e cargo na empresa, Banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento.

17.3.

Prazo de validade não inferior a 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

17.4.

Preço unitário e total de cada item, de acordo com o (s) preço (s) praticado (s) no mercado, em algarismo e por extenso (total), expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Termo de Referência.

17.5.

Declaração expressa preferencialmente nos seguintes termos: os preços ofertados englobam todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

17.6.

Para garantir a isonomia tributária aos licitantes, fica estabelecido que o licitante que não for contribuinte do ICMS do Estado do Acre, quando aplicar alíquotas deste tributo ao seu faturamento na origem, e estas forem inferiores às praticadas pelo Estado do Acre, deverá considerar nos cálculos de sua proposta as alíquotas do ICMS praticadas no Estado do Acre, visto que lhe será cobrada a diferença entre a alíquota interna e a interestadual na entrada das mercadorias no Estado, conforme § 5º do art. 1º do Decreto nº. 13.287 de 29/11/2005.

17.7.

Especificações do objeto de forma clara e objetiva, descrevendo detalhadamente as características técnicas de todo o produto ofertado, indicando marca e modelo, incluindo elementos que de forma inequívoca identifiquem que o produto cotado atende as especificações solicitadas, ressaltando-se que será desclassificado aquele que, seja qual for o motivo, venha a apresentar proposta que não atenda às exigências deste edital.

18. ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

18.1.

A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no presente objeto, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do Contrato, conforme previsto no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19. DA JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

19.1.

Não será permitida a participação de Consórcio neste processo licitatório.

19.2.

Da participação de consórcios de empresas, reitera-se que a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, que não é caso do referido processo, nota-se que em empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio. Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme o Decreto 11.363/2023, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade. Ressalte-se que a nossa decisão visa exatamente afastar a restrição à competição, na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar combinações para formação de maiores preços.

Edital Pregão Eletrônico SRP Nº 070/2026 - SEICT (0019647341)

SEI 0761.012746.00059/2025-63 / pg. 11

20.	QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA
20.1.	O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o §4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021 .
21.	DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
21.0.1.	O enquadramento como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP observará o disposto na Lei Complementar nº 123/2006, notadamente os art. 48;
21.0.2.	Considerando que o valor estimado da contratação ultrapassa R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a licitação não terá itens destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, tomando o processo de ampla disputa.
22.	DAS CONDIÇÕES DE INSTALAÇÃO
22.1.	A execução do objeto contratado somente poderá ser iniciada após a conclusão integral das obras e serviços de infraestrutura civil indispensáveis, sob responsabilidade da CONTRATANTE, compreendendo, no mínimo:
22.2.	O cercamento perimetral da área destinada à execução, de modo a garantir a segurança, a delimitação física do espaço e o adequado controle de acesso;
22.3.	A instalação e operacionalização do posteamento e demais estruturas de suporte necessárias ao fornecimento de energia elétrica, iluminação e eventuais sistemas auxiliares;
22.4.	A construção, adequação e disponibilização de armazéns e demais edificações de apoio, em condições adequadas de uso, para assegurar a correta guarda, movimentação e proteção de materiais e equipamentos;
22.5.	Com os itens acima executados ou em andamento, será deslocada uma equipe sob a responsabilidade da empresa contratada para a área da ZPE que fará os seguintes serviços: <ul style="list-style-type: none"> • Passagem de cabos de rede e de energia; • Instalação dos quadros de comando, com switch e patch panel; • Instalação das câmaras do perímetro; • Instalação das Câmeras das áreas internas; • Instalação das Câmeras do gate de acesso; • Instalação das catracas com leitores faciais; • Instalação dos leitores faciais do gate de acesso; • Instalação dos leitores faciais das salas sensíveis; • Instalação de Suites e patch panel; • Instalação dos pórticos de OCR; • Instalação das cancelas de acesso; • Instalação dos servidores; • Instalação do dispositivo de gravação de imagens; • Comissionamento da Rede de Dados; • Montagem da sala de vídeo monitoramento; • Instalação do SICA; • Comissionamento do SICA; • Testes de integração do SICA; • Instalação das estações e notebooks; • Instalação da impressora; • Treinamento para operadores e administradores; • Início das atividades de Suporte, Remoto e Presencial; • Início das manutenções preventivas e corretivas.
23.	DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO
23.1.	A entrega dos (bens/serviços) acompanhado dos acessórios será instalado na Sede da AZPE, sito no município de Senador Guimard, na rodovia 317, KM 02 sentido rodovia federal BR 364, sob a coordenação da CONTRATANTE.
23.2.	No ato da entrega, o Setor responsável irá fazer a conferência e homologação do objeto contratado;
23.3.	Os bens/serviços serão objeto de inspeção, que será realizada por técnico do Setor responsável, e constará das seguintes fases: <ul style="list-style-type: none"> • Comprovação de que o bem/serviço atende às especificações mínimas exigidas e/ou aquelas superiores oferecidas pela CONTRATADA; • Instalação e configura do equipamento para atendimento dos serviços ora contratado; • Teste de eficácia nos bens/serviços contratados, se for o caso.
23.4.	O período de inspeção será de até 10 (dez) dias úteis, contados da data de emissão do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO;
23.5.	Findo o prazo de inspeção e comprovada a conformidade dos bens/serviços com as especificações técnicas exigidas no Edital e aquelas oferecidas pela CONTRATADA, o Setor responsável emitirá o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO do objeto contratado;
23.6.	Nos casos de substituição do equipamento, iniciar-se-ão os prazos e procedimentos estabelecidos nestas CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO.
24.	DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
24.1.	O pagamento dos serviços prestados será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante.
24.2.	A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.
24.3.	O documento fiscal deverá ser emitido em nome da: <ol style="list-style-type: none"> a) Secretaria de Estado de Indústria, Ciência e Tecnologia – SEICT. b) CNPJ Nº 16.958.425/0001-48; c) Rua Rui Barbosa, nº 450 - Centro- CEP 69.900-084 - Rio Branco - Ac.
24.4.	A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento de material, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.
24.5.	Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passaram entre a data da devolução e a da reapresentação.
24.6.	Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:
EM = N X VP X I/365), onde:	
EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;	

N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso; e
I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.

24.7. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na **Rua Rui Barbosa, nº 450 - Centro- CEP 69.900.084 - Rio Branco - Ac.**, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

24.8. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

24.9. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

24.10. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

24.11. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

24.12. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 12 (doze) meses do início de sua execução.

24.13. Considera-se compatível o Atestado de Capacidade Técnica que comprove que a licitante executou de forma satisfatória serviços em área alfandegada autorizada pela Receita Federal do Brasil:

- Serviço de solução integrada com manutenção (SISTEMA DE ACESSO e INFRAESTRUTURA) para a leitura e identificação dos caracteres das Placas de Identificação dos Veículos – PIVs, por meio de software de OCR, com assertividade mínima de 90% pelo período de 12 (doze) meses, incluindo equipamentos, componentes físicos e lógicos da solução de forma integrada em área alfandegada;
- Serviço de solução integrada com manutenção (SISTEMA DE ACESSO e INFRAESTRUTURA) que controla e gerencia a entrada e a saída de pessoas em área alfandegada por meio de tecnologia de reconhecimento facial (FaceID) para monitoramento e autenticação de acesso de pessoas.
- O controle de acesso de pessoas e veículos, deve estar em conformidade com os regramentos estabelecidos pela Receita Federal do Brasil para área alfandegada;
- Serviço de solução integrada com manutenção (SISTEMA DE ACESSO e INFRAESTRUTURA) para a leitura e identificação dos caracteres de containers com assertividade mínima de 90% pelo período de 12 (doze) meses, incluindo equipamentos, componentes físicos e lógicos da solução de forma integrada em área alfandegada;
- Sistema com integração com o sistema API-Recintos da Receita Federal do Brasil, garantindo a comunicação eficiente e segura com os sistemas da Receita Federal.

25. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

25.1. Poderá ser exigido do licitante que apresente cópia autenticada do contrato ou da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), que deram origem aos atestados, e poderão ser objeto de diligência a critério do CONTRATANTE.

25.2. Justificam-se estes critérios técnicos obrigatórios de habilitação de forma a assegurar um mínimo de capacidade da empresa licitante em cumprir as obrigações contratuais estritamente relacionadas com o Objeto deste TR, sem comprometer a competitividade do certame.

25.3. A exigência de atestado de capacidade técnica visa garantir que a empresa licitante possui experiência comprovada em serviços compatíveis com o objeto do contrato, conforme permitido pela Lei 14.133/2021, Art. 67.

25.4. As exigências solicitadas não comprometem a competitividade do certame, mas sim asseguram que somente empresas com comprovada capacidade técnica e experiência no setor participem da licitação, alinhando-se aos princípios da legalidade, eficiência e moralidade administrativa.

25.5. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 12 (doze) meses do início de sua execução.

25.6. Considera-se compatível o Atestado de Capacidade Técnica que comprove que a licitante executou de forma satisfatória serviços em área alfandegada autorizada pela Receita Federal do Brasil, *ou em outro ambiente fiscalizado com exigências técnicas equivalentes*, especialmente quanto à integração com sistemas de controle aduaneiro, observância de normativos regulatórios e atendimento aos parâmetros mínimos de desempenho da solução::

- Serviço de solução integrada com manutenção (SISTEMA DE ACESSO e INFRAESTRUTURA) para a leitura e identificação dos caracteres das Placas de Identificação dos Veículos – PIVs, por meio de software de OCR, com assertividade mínima de 90% pelo período de 12 (doze) meses, incluindo equipamentos, componentes físicos e lógicos da solução de forma integrada em área alfandegada;
- Serviço de solução integrada com manutenção (SISTEMA DE ACESSO e INFRAESTRUTURA) que controla e gerencia a entrada e a saída de pessoas em área alfandegada por meio de tecnologia de reconhecimento facial (FaceID) para monitoramento e autenticação de acesso de pessoas.
- O controle de acesso de pessoas e veículos, deve estar em conformidade com os regramentos estabelecidos pela Receita Federal do Brasil para área alfandegada;
- Serviço de solução integrada com manutenção (SISTEMA DE ACESSO e INFRAESTRUTURA) para a leitura e identificação dos caracteres de containers com assertividade mínima de 90% pelo período de 12 (doze) meses, incluindo equipamentos, componentes físicos e lógicos da solução de forma integrada em área alfandegada;
- Integração com o sistema API-Recintos da Receita Federal do Brasil, garantindo a comunicação eficiente e segura com os sistemas da Receita Federal.

26. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

26.1. Os preços da solução, objeto do presente contrato tem por base a proposta apresentada pela CONTRATADA;

26.2. O preço do presente contrato poderá ser ALTERADO, conforme o caso, para mais ou para menos, nas hipóteses, expressamente, previstas no art. 124 da Lei 14.133/2021, a qualquer tempo, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, visando restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço contratado, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico inicial do contrato, tudo em conformidade com o art. 124, inc. II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

26.3. O contrato será reajustado com o interregno mínimo de 1 (um) ano tendo como base o Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial Acumulado (IPCA-E) com **data-base vinculada à data do orçamento estimado** no período contados da data limite para apresentação do orçamento estimado, consoante o Art. 182, Lei 14.133/21;

26.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1(um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

26.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela Legislação então em vigor;

26.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente;

26.7. Toda e qualquer solicitação de reajuste deverá ser submetida à análise e aprovação do órgão competente da Administração Pública;

26.8. O procedimento para o reajuste contratual será instaurado mediante prévia solicitação do contratado;

26.9. Ao condicionar o reajuste anual à solicitação do contratado, permite que a Administração Pública analise cada pedido de reajuste individualmente, garantindo que esteja alinhado aos interesses públicos e às condições do mercado. Essa medida favorece a melhor gestão dos recursos públicos e incentiva a busca por eficiência por parte dos fornecedores.

26.10. A formalização do aditamento de prorrogação de vigência contratual sem a concessão do reajuste, ou a ressalva de sua superveniente análise, será considerada como renúncia ou preclusão lógica do direito;

26.11. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA - E Índice Nacional de Preços ao Consumidor Especial Acumulado, com base na seguinte fórmula:

$R = V \times I$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I = Índice acumulado do período.

26.12. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

27. DA SUBCONTRATAÇÃO

27.1. Não será permitida a subcontratação dos serviços contratados.

28.	DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO CONTRATUAL
28.1.	Dado o caráter permanente da prestação dos serviços previstos neste Termo, essencial para assegurar as atividades finalísticas desta Secretaria, o prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses, contado a partir da sua assinatura podendo, a critério da Administração, ser prorrogado sucessivamente, até o limite de 10 (dez) anos, conforme artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021.
28.2.	O prazo de execução do objeto contratual é de 05 (cinco) anos, contado a partir do recebimento da ordem de serviço ou instrumento equivalente e consequente recebimento, a CONTRATADA terá:
28.3.	15 dias para início das instalações;
28.4.	45 dias para o término das instalações;
28.5.	60 dias para início em operação;
28.6.	Esse prazo, pela natureza da continuidade, garante à Administração um ganho de eficiência e agilidade, tendo em vista a redução de custos burocráticos para realização de processos licitatórios a cada ano, maior eficiência na gestão e fiscalização dos contratos, entre outros, nesse sentido, entende-se que a futura contratação acoberta uma necessidade permanente e prolongada da Administração.
28.7.	A contratação decorrente deste termo, deverá ser inserida no Plano Plurianual (PPA).
28.8.	A prorrogação de que trata este item está condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a Contratada, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
28.8.1.	Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
28.8.2.	Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
28.8.3.	Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
28.8.4.	Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
28.8.5.	Haja manifestação expressa da Contratada informando o interesse na prorrogação;
28.8.6.	Seja comprovado que a Contratada mantém as condições iniciais de habilitação;
28.8.7.	A prorrogação de Contrato será ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
29.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
29.1.	A empresa contratada será responsável pelo fornecimento integral da solução de software e dos serviços associados, comprometendo-se a cumprir as seguintes obrigações durante toda a vigência do contrato;
29.2.	Cumprir as cláusulas contratuais e sempre que solicitado, deverá dirimir quaisquer esclarecimentos julgados necessários por esta Controladoria;
29.3.	Disponibilizar a solução de software objeto da contratação, em conformidade com as especificações técnicas e funcionais definidas no Termo de Referência;
29.4.	Garantir que o sistema esteja em total conformidade com as normas aplicáveis ao funcionamento de recintos alfandegados, especialmente as exigências da Receita Federal do Brasil e a legislação vigente (ex: IN RFB nº 1.208/2011);
29.5.	Realizar todas as atividades necessárias à implantação da solução na infraestrutura da AZPE, seja em ambiente em nuvem (SaaS) ou on-premises (local);
29.6.	Executar a parametrização e customização inicial do sistema conforme os processos operacionais da contratante.
29.7.	Desenvolver e/ou configurar as integrações com os sistemas governamentais , tais como: SISCOMEX, SEFAZ Estadual, Portal Único de Comércio Exterior, Sistemas internos da administração pública estadual , quando aplicável.
29.8.	Realizar treinamentos presenciais ou remotos para os usuários finais, administradores e técnicos da AZPE.
29.9.	Fornecer materiais de apoio , como manuais, vídeos tutoriais e guias operacionais atualizados;
29.10.	Disponibilizar serviço de suporte técnico , com canais de atendimento (telefone, e-mail, portal ou sistema de chamados), conforme níveis de criticidade dos chamados;
29.11.	Prestar manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva , garantindo o bom funcionamento da solução durante toda a vigência do contrato;
29.12.	Corrigir eventuais falhas e inconsistências em prazo compatível com a criticidade do problema, conforme Acordo de Nível de Serviço (SLA) estabelecido;
29.13.	Entregar a documentação completa da solução, incluindo: Manual técnico da aplicação, Diagrama de arquitetura, Documentação de integrações, Registro das parametrizações realizadas, Relatórios de testes e homologação;
29.14.	Em caso de encerramento contratual, colaborar com a transição da solução para novo fornecedor ;
29.15.	Arcar com todas as responsabilidades técnicas, civis, fiscais e trabalhistas relacionadas à execução dos serviços;
29.16.	Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato;
29.17.	Cumprir integralmente as Portarias RFB e COANA.
30.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
30.1.	Durante a vigência do contrato, caberá à Contratante (AZPE/Estado do Acre) garantir as condições adequadas para a correta execução dos serviços contratados, observando as seguintes responsabilidades: Disponibilização de Informações, Designar equipe de acompanhamento, acesso a infraestrutura, Apoio na Implantação, homologação e validação do bens e serviços entregues, Facilitar a integração com sistemas de governo SEFAZ, sisCOMEX, Receita Federal e outros que julgar necessário.
30.2.	Garantir a disponibilidade dos usuários e servidores indicados para participarem dos treinamentos e capacitações oferecidos pela Contratada.
30.3.	Efetuar o pagamento de acordo com o previsto neste Termo de Referência;
30.4.	Exercer, a seu critério e através de servidor ou de pessoas previamente designadas, ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução do contrato.
31.	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)
31.1.	Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que: <ul style="list-style-type: none"> I - dar causa à inexecução parcial do Contrato; II - dar causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; III - dar causa à inexecução total do Contrato; IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame; V - Não manter a proposta; VI - não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação VII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Contrato.
31.2.	Comete ainda, infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, ficando impedida de licitar e contratar em todos os entes federativos, a que se refere o inciso parágrafo 5º do art. 156 desta Lei, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no Contrato e das demais cominações legais a Contratada que: <ul style="list-style-type: none"> I - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto; II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato; III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
31.3.	As possíveis sanções que poderão ser aplicadas são as seguintes: <ul style="list-style-type: none"> I - Advertência; II - Multa; III - Impedimento de licitar e contratar; IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

- 31.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida observando o princípio da proporcionalidade.
- 31.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao Contratante, observado o princípio da proporcionalidade;
- 31.6. Serão imediatamente incluídas no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas da Controladoria Geral da União – CEIS, constante no site www.portaltransparencia.gov.br, os fornecedores que forem sancionados com as penalidades de suspensão ou declaração e inidoneidade prevista na Lei nº 14.133/2021.
- 31.7. Os atos administrativos e aplicação das penalidades serão publicados resumidamente no Diário Oficial do Estado.

32. DA GARANTIA CONTRATUAL

- 32.1. Será exigida a prestação de garantia pela Contratada correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que deverá apresentar em até 10 (dez) dias após assinatura do Contrato, liberada de acordo com as condições previstas neste Termo de Referência, conforme disposto no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.
- 32.2. Caberá à Contratada optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
- I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
 - II - seguro garantia;
 - III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
 - IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.
- 32.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 32.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias, autoriza a Administração a promover a rescisão do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.
- 32.5. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.
- 32.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato;
 - b) Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
 - c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e
 - d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada, quando couber.
- 32.7. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 32.8. No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 32.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 32.10. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 32.11. Será considerada extinta a garantia:
- a) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato;
 - b) No prazo de 03 (três) meses após o término da vigência, caso o Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.

33. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 33.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 33.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 33.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 33.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 33.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

PREPOSTO

- 33.5.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 33.5.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

FISCAL DO CONTRATO

- 33.5.3. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
- 33.5.3.1. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;
 - 33.5.3.2. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues;
 - 33.5.3.3. Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes ou de consumo e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;
 - 33.5.3.4. No caso de serviços, controlar a efetividade e eficácia da sua execução em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas, por exemplo), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões;
 - 33.5.3.5. No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens, verificando sua quantidade e qualidade;
 - 33.5.3.6. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;
 - 33.5.3.7. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora.
 - 33.5.3.8. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;
 - 33.5.3.9. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;
 - 33.5.3.10. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;
 - 33.5.3.11. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se os materiais ou bens requisitados foram entregues em perfeitos estado e nas mesmas condições e características pactuadas;
 - 33.5.3.12. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;
 - 33.5.3.13. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;
 - 33.5.3.14. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
 - 33.5.3.15. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;
 - 33.5.3.16. Ciente o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas

justificativas;

- 33.5.3.17. Realizar, juntamente com a contratada, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- 33.5.3.18. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;
- 33.5.3.19. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;
- 33.5.3.20. Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;
- 33.5.3.21. Controlar a medição do serviço executado, aprovando somente a medição dos serviços efetivamente realizados;
- 33.5.3.22. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;
- 33.5.3.23. Glosar as medições quando houver má execução do contratado ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações; e
- 33.5.3.24. Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.

GESTOR DO CONTRATO

- 33.5.4. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
- 33.5.5. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
- 33.5.6. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;
- 33.5.7. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;
- 33.5.8. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;
- 33.5.9. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;
- 33.5.10. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;
- 33.5.11. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;
- 33.5.12. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;
- 33.5.13. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;
- 33.5.14. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.
- 33.5.15. Propor medidas que melhorem a execução do contrato.
- 33.5.16. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;
- 33.5.17. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;
- 33.5.18. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 33.5.19. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;
- 33.5.20. Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei
- 33.5.21. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas
- 33.5.22. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões
- 33.5.23. Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;
- 33.5.24. Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à contratada para execução do pactuado, quando for o caso;
- 33.5.25. Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas; e
- 33.5.26. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados.

34. ANTICORRUPÇÃO

- 34.1. Compromisso com a Integridade: A Contratada declara expressamente que não oferecerá, dará, prometerá, solicitará ou aceitará, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, suborno, propina, comissão ou qualquer outra forma de benefício ilícito a agentes públicos ou terceiros em razão deste contrato.
- 34.2. Conformidade com a Legislação: A Contratada se compromete a cumprir todas as disposições da Lei Federal n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), da Lei Estadual n.º 3.747/2021 (Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre) e demais normas aplicáveis.
- 34.3. Canal de Denúncias: A Contratada se compromete a divulgar, no âmbito de sua organização, o canal de denúncias da (Secretaria de Estado de Indústria, Ciência e Tecnologia-SEICT), assegurando que qualquer colaborador possa relatar irregularidades relacionadas à execução deste contrato. Para tanto, deverão ser informados os seguintes meios de contato:

E-mail: gabineteseict@gmail.com

Telefone: (68) 99224.4207

WhatsApp: (68) 99224.4207

Endereço: Rua Rui Barbosa, 450, Centro - Rio Branco, AC

35. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 35.1. É dever da CONTRATADA observar e cumprir as regras impostas pela Lei Federal n.º 13.709/2018 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, devendo ser observadas, no tratamento de dados, no âmbito do Contrato com esta instituição, a finalidade específica, a consonância ao interesse público e a competência administrativa aplicável.
- 35.2. É vedada à CONTRATADA a utilização de dados pessoais repassados em decorrência da contratação para finalidade distinta daquela do objeto do Contrato, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
- 35.3. A CONTRATADA deverá adotar e manter medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais adequadas a proteger os dados pessoais armazenados, processados, transportados ou transmitidos em decorrência do Contrato contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, vazamento ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, assim como mitigar possíveis riscos.
- 35.4. Ao avaliar o nível apropriado de segurança, a CONTRATADA deverá levar em conta os riscos que são apresentados pelo tratamento, em particular aqueles relacionados a incidentes de segurança com dados pessoais.
- 35.5. A CONTRATADA deverá apresentar relatório de impacto à proteção de dados, nos moldes do art. 46 §2º da LGPD e sob orientação do ÓRGÃO, logo após a assinatura do Contrato, anualmente e sempre que ocorrer mudança na forma do tratamento dos dados pessoais objeto deste contrato.
- 35.6. O Contratante poderá requerer maiores informações a respeito do tratamento de dados pessoais realizado pela CONTRATADA de modo a complementar o relatório de impacto à proteção de dados apresentado.
- 35.7. Caberá à CONTRATADA garantir a implantação de política para tratamento, com ênfase na prevenção ao vazamento de dados pessoais, comprometendo-se a manter o sigilo e a confidencialidade de todas as informações repassadas em decorrência da execução contratual.
- 35.8. A CONTRATADA deverá observar as disposições previstas na Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do ÓRGÃO.
- 35.9. A CONTRATADA compromete-se ao correto processamento e armazenamento dos dados pessoais a ela atribuídos em razão de eventuais relações trabalhistas e/ou contratuais havidas em decorrência da contratação com este ÓRGÃO.
- 35.10. A CONTRATADA deverá comunicar em até 02 (dois) dias úteis a Contratante, contados do momento em que tomou conhecimento, ou em outro prazo estipulado por regulamentação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano ao titular dos dados pessoais, para que esta instituição possa tomar as providências necessárias de comunicação ao titular de dados pessoais e à ANPD, se aplicável.

35.11. Para a execução do objeto do Contrato, em observância ao disposto na Lei Federal nº. 13.709/2018 (LGPD), na Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei Federal nº. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e ao princípio da transparência, a CONTRATADA e seu(s) representante(s) fica(m) ciente(s) do acesso e da divulgação, por este ÓRGÃO, de seus dados pessoais, tais como número do CPF, RG, estado civil, endereço comercial, endereço residencial e endereço eletrônico.

35.12. A CONTRATADA se compromete também a:

35.13. Tratar todos os dados pessoais necessários para o devido cumprimento do objeto do Contrato, somente nos estritos limites determinados pela instituição e em conformidade com a natureza do Contrato;

35.14. Realizar o tratamento de dados pessoais, na execução do Contrato, somente de acordo com as bases legais dos artigos 7º e 11, da LGPD, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

35.15. Se abster de copiar, transferir, compartilhar, duplicar, ou realizar qualquer operação que vise à criação de um novo banco de dados contendo os dados pessoais em função do Contrato, fora do escopo inicialmente contratado ou autorizado, por escrito, pelo instituição pública;

35.16. Assegurar que o acesso e o tratamento dos dados pessoais fiquem restritos aos colaboradores que precisem efetivamente tratá-los, com o objetivo único de alcançar as finalidades definidas no Contrato;

35.17. Garantir que todas as pessoas autorizadas a tratar dados pessoais estejam sujeitas a contratos de sigilo ou obrigações presentes no termo de ciência e segurança da informação, conforme itens 32.1 e 32.2 deste Termo de Referência, bem como devidamente instruídas e capacitadas para o tratamento de dados pessoais e conhecimento das obrigações da CONTRATADA.

35.18. A CONTRATADA é responsável pela legalidade da transferência internacional dos dados pessoais prevista no Contrato, devendo obter o consentimento específico e em destaque do ÓRGÃO a respeito dessa transferência.

35.19. Caso um titular de dados pessoais, autoridade responsável pela proteção de dados pessoais, ou terceiros requisitar à CONTRATADA, informações ou a tomada de providências sobre o tratamento de dados pessoais relacionadas ao Contrato, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente a esta instituição, por escrito, não devendo responder nenhuma solicitação até a instrução ou a autorização do ÓRGÃO.

35.20. Sempre que necessário, a CONTRATADA deverá auxiliar a Contratante a realizar relatório de impacto a proteção de dados, cooperar para o cumprimento de obrigações e atendimento de solicitações perante autoridades fiscalizadoras e garantir a possibilidade de exercício dos direitos dos titulares dos dados pessoais, previstos no art. 18 da LGPD.

35.21. Caso se verifique que são necessárias medidas adicionais para regular a proteção de dados pessoais relacionadas ao cumprimento das obrigações do Contrato, a CONTRATADA se compromete a celebrar termo aditivo para cumprir tal finalidade.

35.22. Na ocasião do encerramento ou eventual rescisão do Contrato, a CONTRATADA deverá prontamente interromper o tratamento dos dados pessoais compartilhados, entre 15 (quinze) e 30 (trinta) dias, eliminar, anonimizar e/ou bloquear o acesso aos dados pessoais tratados em virtude do Contrato, exceto para o cumprimento de obrigação legal e sem prejuízo de outros prazos de guarda e retenção de dados porventura previstos neste contrato ou em ato normativo do ÓRGÃO, devendo apresentar os respectivos logs e todas as cópias porventura existentes.

36. RESCISÃO CONTRATUAL

36.1. A CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente contrato, garantida a prévia defesa nas hipóteses contidas no art. 137, da Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores, sem que caiba ao CONTRATADO, direito a qualquer indenização e sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes e das regras contidas nos arts. 138 e 139, do mesmo diploma legal.

36.2. A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a contratos administrativos.

36.3. Em eventual rescisão de contrato, se a interrupção das atividades em andamento vier a causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias, para a rescisão obter eficácia. Durante este prazo, a CONTRATADA não poderá negligenciar a execução dos serviços ora contratados.

36.4. Em caso de rescisão, fará jus a CONTRATADA, ao valor dos serviços realizados anterior a rescisão, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

36.5. De acordo com o art. 138 da Lei 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:

36.6. De acordo com o art. 138 da Lei 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração, formalizada a intenção com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

36.7. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

36.8. Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis, como os determinados por ato unilateral da Contratante, serão formalmente motivados, assegurada, à Contratada, na segunda hipótese, a produção de contraditório e de ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da Contratante para que, se o desejar, a Contratada apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de não colhimento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

36.9. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com consequências previstas nos arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, neste instrumento e na Legislação Brasileira.

36.10. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

37. DA VINCULAÇÃO

37.1. A contratação do objeto vincula-se a este Termo de Referência, ao edital de licitação, à proposta do licitante vencedor e eventuais anexos dos documentos supracitados, independentemente da transcrição.

38. DA PUBLICAÇÃO

38.1. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do Contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos prazos estabelecidos no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo site oficial na Internet, contados da data de sua assinatura:

38.1.1. 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação.

39. DISPOSIÇÃO GERAIS

39.1. A contratação será regida pela **Lei nº 14.133/2021** (Nova Lei de Licitações e Contratos), suas normas complementares, demais legislações pertinentes à administração pública, além das normas específicas aplicáveis à Receita Federal do Brasil e aos recintos alfandegados.

39.2. O contrato decorrente desta contratação terá vigência de **60 meses**, contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogado conforme as disposições legais e mediante justificativa técnica e administrativa.

39.3. A execução dos serviços e o fornecimento do software seguirão os prazos, condições, etapas e entregas definidas no Termo de Referência. A contratada deverá observar o cronograma acordado e manter comunicação contínua com a equipe da contratante.

39.4. A execução será acompanhada e fiscalizada por **representantes designados pela contratante**, que terão autoridade para solicitar ajustes, homologar entregas, aplicar penalidades e assegurar a conformidade técnica e legal da solução implantada.

39.5. A contratada será integralmente responsável pela qualidade da solução fornecida, pela correção de eventuais falhas ou defeitos, pela conformidade com os requisitos legais e técnicos, bem como por garantir a operacionalidade do sistema durante toda a vigência contratual.

39.6. A contratada deverá adotar medidas de segurança da informação, garantindo a integridade, confidencialidade e disponibilidade dos dados. O sistema deverá estar em conformidade com a **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018)**, devendo aplicar boas práticas de governança, controle de acesso e tratamento seguro de dados sensíveis.

39.7. O contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa técnica e formalização por termo aditivo.

39.8. O descumprimento das obrigações previstas sujeitará a contratada às sanções administrativas cabíveis, conforme os artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação de multas, rescisão contratual ou responsabilização civil e penal.

39.9. Fica eleito o foro da comarca de **Rio Branco Acre da sede da contratante** para dirimir eventuais controvérsias oriundas da execução do contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

40. DOS CASOS OMISSOS

40.1. Os casos omissos serão decididos pela Administração Contratante, aplicando-se o que dispõe a Lei nº 14.133/2021, suas alterações e demais preceitos de direito público, e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, conforme art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

41. DO FORO

41.1. O FORO para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do Registro de Preços e das contratações dele decorrentes será o da Comarca de Rio Branco/AC, da Justiça

42. **ANEXOS**

42.1. ANEXO I - Estudo Técnico Preliminar da Contratação para Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços (SEI nº 0017744751 e 0019611479).

O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, com fulcro no Decreto Estadual nº 6.092/2013 e a IN Conjunta nº 01/2014, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.

SUELANY DE OLIVEIRA PAIVA

Elaborador

MARCOS VINICIUS OLIVEIRA DE MORAES

Requisitante

ASSURBANIPAL BARBARY DE MESQUITA

Autoridade/Aprovação



Documento assinado eletronicamente por **SUELANY DE OLIVEIRA PAIVA, Coordenadora**, em 02/03/2026, às 11:04, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS VINICIUS OLIVEIRA DE MORAES, Diretor**, em 02/03/2026, às 11:05, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019630857** e o código CRC **EE81C73E**.

ANEXO II DO EDITAL - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 0761.012746.00059/2025-63

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº X/2026

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº XXX/2026

PROCESSO Nº 0761.012746.00059/2025-63

VALIDADE: 60 (sessenta) MESES

O ESTADO DO ACRE, por intermédio da _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na _____ nº XXX, Bairro _____, em Rio Branco/AC, CEP _____, neste ato representada pelo Sr., _____, nomeada pelo Decreto nº XXX, de XX de _____ de 2023, publicado no DOE nº XXXX, de XX de _____ de 2023, republicado no DOE nº XXXXX, de XX de _____ de 2023, brasileiro, inscrita no CPF nº XXXXX, domiciliado e residente nesta cidade de Rio Branco/AC, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, nos termos do art. 29, inc. II do art. 40, inc. IV do art. 78 e art. 82 a 87, da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, art.s 251 e 321 a 338 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da(s) proposta(s) apresentada(s) no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº XXXXX, Processo SEI nº 0761.012733.00018/2025-80 e a respectiva homologação pela Secretaria de Estado de Indústria, Ciência e Tecnologia - SEICT, publicada no Diário Oficial do Estado nº XXXX, página XX, do dia XX/XX/202X, RESOLVE registrar os preços de acordo com o Edital e seus anexos, que passam a fazer parte integrante desta Ata, oferecido pela empresa cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame.

1. DO OBJETO

1.1. A presente contratação tem como objetivo de instalar e locar uma solução integrada e especializada para **gerenciar e controlar as operações logísticas, fiscais, aduaneiras e administrativas do recinto alfandegado da Administradora da Zona de Processamento de Exportação (AZPE)**, com vistas a:

- Atender às exigências da Receita Federal do Brasil (RFB) e demais órgãos de controle sobre recintos alfandegados;
- Promover a rastreabilidade e o controle de bens, insumos e mercadorias sob regime aduaneiro especial;
- Automatizar processos de entrada, permanência, movimentação e saída de mercadorias no recinto;
- Integrar-se aos sistemas governamentais, como **SISCOMEX, Portal Único de Comércio Exterior, SEFAZ**, entre outros;
- Assegurar a segurança da informação, a integridade dos dados e a conformidade com a **Legislação Aduaneira e a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais)** ;
- Disponibilizar ferramentas de gestão e relatórios gerenciais para apoio à fiscalização, tomada de decisão e auditorias;
- Garantir a continuidade operacional da ZPE por meio de uma plataforma robusta, escalável, com suporte técnico e manutenção contínua.

2. DA CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

- 2.1. O valor global da Ata em epígrafe é R\$ XXXXX (_____).
- 2.2. As despesas decorrentes da referida aquisição estão previstas no Secretaria de Estado de Indústria, Ciência e Tecnologia - SEICT.
- Programa de Trabalho: XXXXXXXXXXX - (_____)
- Elemento de Despesa: XXXXX
- Fonte de Recurso: XXXXX

3. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as seguintes:

FASE	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL ESTIMADO PARA 60 MESES
01	Implantação da Solução contendo, cabamentos necessários, instalação de equipamentos, configuração de equipamentos, mão de obra	SERVIÇO	1	R\$	R\$
02	Locação da Solução	MÊS	60	R\$	R\$
VALOR TOTAL					R\$

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 4.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Estado de Indústria, Ciência e Tecnologia- SEICT, e como órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços, os elencados a seguir:
- 4.2. Controladoria Geral do Estado do Acre
- 4.3. Secretaria de Estado de Agricultura

5. DO DETENTOR DA ATA REGISTRADO, DOS PREÇOS E DOS ITENS DE FORNECIMENTO

5.1. Os preços ofertados pela empresa classificada em primeiro lugar, por objeto/item, signatária da presente Ata de Registro de Preços consta no Item 3 da presente Ata de Registro de Preços e conforme proposta apresentada pela empresa vencedora do certame.

6. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observadas as condições estabelecidas no art. 335 do Decreto Estadual nº 11.363/2023:

- I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- II - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;
- III - consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor; e
- IV - previsão no respectivo edital ou na ata de registro de preços de quantitativo reservado à adesão por órgãos e entidades não participantes.

6.2. Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços:

- I - as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do edital registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes; e
- II - a soma de todas as adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

6.3. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, hipótese em que não ficará sujeita ao limite de que trata o inciso II do caput, desde que:

- I - seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto estadual; e
- II - seja comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado, na forma prevista no Decreto nº 11.363/2023.

6.4. Exaurido o saldo destinado aos órgãos e entidades participantes, poderá ser solicitada ao órgão ou entidade gerenciadora a utilização do quantitativo passível de adesão, desde que haja concordância da detentora.

6.5. A utilização de saldo destinado à adesão conforme descrito no item anterior somente poderá ocorrer após exaurido todo o saldo de órgãos e entidades participantes, considerando-se os quantitativos de itens ou lotes espelhados, salvo quando, justificadamente, houver necessidade de manutenção da uniformidade contratual.

7. DO ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

7.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

8. DA VALIDADE DA ATA PREÇOS

- 8.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período mediante anuência do fornecedor, desde que comprovada a vantajosidade do preço, conforme disposto no art. 325 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 e art. 84 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.2. Em caso de prorrogação da ata, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos
- 8.2.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. 341 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.
- 8.3. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o ÓRGÃO GERENCIADOR não estará obrigado a adquirir o produto objeto desta Ata, exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR/DETENTOR DA ATA, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 8.4. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o FORNECEDOR assume o compromisso de atender durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.
- 8.5. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.6. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
- 8.7. Mediante a retirada da Nota de Empenho ou Ordem de serviço, estará caracterizado o compromisso de realização dos serviços.

9. DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.
 - c) na hipótese de previsão, no edital ou no aviso de contratação direta, de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto pela Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10. DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 10.1. Na hipótese de o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociação a redução do preço registrado.
- 10.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados no mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 10.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado, observando-se o disposto no § 3º do art. 331 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.
- 10.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa, nos termos do disposto no art. 332 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.
- 10.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 35 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.
- 10.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 10.7. Para fins do disposto no item anterior, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 10.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no art. 331, do Decreto Estadual nº 11.363/2023, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 10.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no item anterior o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.
- 10.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 332, do Decreto Estadual nº 11.363/2023, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 10.11. Na hipótese de comprovação do disposto nos itens 10.1 e 10.7 o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 10.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observando-se o disposto no art. 340, do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

11. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 11.1. O FORNECEDOR terá seu registro cancelado, nos termos do art. 331, do Decreto Estadual nº 11.363/2023 quando:
- I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;
 - II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração Pública sem justificativa razoável;
 - III - não aceitar manter seu preço registrado; ou
 - IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021; e
 - V - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- 11.2. Na hipótese prevista no inciso IV do item anterior, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapassar o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata de registro de preços enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 11.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 11.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observando-se a ordem de classificação.
- 11.5. Na hipótese de não haver cadastro de reserva ou não haver aceitação dos cadastrados, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura de nova ata de registro de preços, observando-se os §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.6. A negociação prevista no item anterior será limitada ao valor dos preços eventualmente revisados pelo órgão ou entidade gerenciadora.
- 11.7. O novo registro de preços não poderá vigorar por prazo superior ao remanescente de vigência da ata de registro de preços anterior, inclusive eventual prazo de prorrogação previsto originalmente na ata de registro de preços.
- 11.8. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- I - Por razão de interesse público;
 - II - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - III - Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

12. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 12.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 12.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

- I - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
II - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 12.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 12.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 336 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.
- 12.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 12.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades localizadas em municípios ou regiões distintas, com impacto sobre a execução do objeto, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observando-se as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 12.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
- 13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 13.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.
- 13.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 13.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
- 13.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
- 13.5. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:
- I - dar causa à inexecução parcial do Contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta;
VI - não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação;
VII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
- 13.6. Comete ainda, infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, ficando impedida de licitar e contratar em todos os entes federativos, a que se refere o inciso parágrafo 5º do art. 156 desta Lei, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais a Contratada que:
- I - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto;
II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato
III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 13.7. As possíveis sanções que poderão ser aplicadas são as seguintes:
- I - Advertência;
II - Multa;
III - Impedimento de licitar e contratar;
IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 13.8. Para efeito do disposto no subitem anterior serão utilizados os critérios e graus de infrações estabelecidos no Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.
- 13.9. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se os procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 11.363/2023.
- 13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade;
- 13.11. Serão imediatamente incluídas no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas da Controladoria Geral da União – CEIS, constante no sítio www.portaltransparencia.gov.br, os fornecedores que forem sancionados com as penalidades de suspensão ou declaração de inidoneidade prevista na Lei nº 14.133/2021.
- 13.12. Os atos administrativos e aplicação das penalidades serão publicados resumidamente no Diário Oficial do Estado.
- 14. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**
- 14.1. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações, Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de novembro de 2023, Decreto Federal nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024, Decreto Estadual nº 5.966/2010, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.
- 15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**
- 15.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital ou aviso de contratação direta.
- 15.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
- 15.3. Integram esta Ata, o EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº XX/202X, anexos e a proposta da empresa classificada em 1º lugar no certame supracitado.
- 15.4. Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes na 14.133/21 e Decreto Estadual nº 11.363/2023.
- 16. DO FORO**
- 16.1. O FORO para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do Registro de Preços e das contratações dele decorrentes será o da Comarca de Rio Branco/AC, da Justiça Comum Estadual.
- E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas também o subscrevem.

DOCUMENTO ASSINADO APENAS PARA VIZUALIZAÇÃO

ASSURBANÍPAL BARBARY DE MESQUITA
Secretário de Estado de Indústria, Ciência e Tecnologia
Decreto n.º 18-P DE 01 DE JANEIRO DE 2023
ÓRGÃO GERENCIADOR

XXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXX
DETENTOR

ANEXO ÚNICO

Cadastro Reserva



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ RICARDO NASCIMENTO LIMA, Chefe de Departamento, em exercício**, em 16/01/2026, às 14:00, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019074882** e o código CRC **0E143A68**.

ANEXO III DO EDITAL - MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO nº 2/2026/SEICT - DIVCOMP

CONTRATO Nº ____/____

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ACRE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEICT E A EMPRESA _____

PROCESSO/SEI Nº 0761.012746.00059/2025-63

O ESTADO DO ACRE, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEICT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ (MF) sob nº 16.958.425/0001-48, com sede na Rua Rui Brarbossa, nº 450 - Bairro Centro, neste Município de Rio Branco, Estado do Acre, neste ato representada pelo Secretário de Estado de Indústria, Ciência e Tecnologia, Sr. ASSURBANÍPAL BARBARY DE MESQUITA, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 0199880 SSP/AC, inscrito no CPF sob nº 339.683.142-04, residente e domiciliado nesta cidade, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 18-P, de 1 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre nº 13.443, de 02 de janeiro de 2023, denominada simplesmente CONTRATANTE e, do outro lado, a empresa _____, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na Rua _____, Nº _____, Bairro _____, CEP _____, neste ato representada por _____, (nacionalidade), inscrito no CPF nº _____, residente e domiciliado na cidade de _____, simplesmente denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº XX/2025, no âmbito do processo SEI nº 0761.012733.00018/2025-80 com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações, Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de novembro de 2023, Decreto Federal nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024, Decreto Estadual nº 5.966/2010, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor e demais normas legais pertinentes, têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas cláusulas seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente contratação tem como objetivo de instalar e locar uma solução integrada e especializada para **gerenciar e controlar as operações logísticas, fiscais, aduaneiras e administrativas do recinto alfandegado da Administradora da Zona de Processamento de Exportação (AZPE)** do âmbito desta secretaria de estado, visando à modernização e ao aprimoramento administrativo. Por um período estimado de 12 (doze) meses. Conforme as especificações técnicas e condições de execução discriminadas neste Termo de Referência e seus anexos, conforme especificações e quantitativos discriminados no Item 1 do Termo de Referência, do Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº ____/____ e item 1 da Ata de Registro de Preços nº ____/____, seguindo as especificações abaixo elencadas:

FASE	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL ESTIMADO PARA 60 MESES
01	Implantação da Solução contendo, cabeamentos necessários, instalação de equipamentos, configuração de equipamentos, mão de obra	SERVIÇO	1	R\$	R\$
02	Locação da Solução	MÊS	60	R\$	R\$
VALOR TOTAL					R\$

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor global do presente Contrato é de R\$ _____ (valor por extenso).

2.2. No preço contratado, estão inclusos todos os custos necessários pertinentes à execução dos serviços, inclusive custos adicionais que repercutam direta ou indiretamente sobre a mão-de-obra e outros custos decorrentes de desempenho técnico, comercial, operacional, lucro praticado pela empresa participante; tributos e contribuições incidentes, despesas administrativas e operacionais.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes das aquisições dos produtos/objeto desta contratação, ocorrerão por conta dos recursos consignados conforme a seguir:

Cód. Órgão / Unidade Executora	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor Estimado
XXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXX - Manutenção das Atividades Administrativas e Operacionais	XXXX	XXXXX	R\$
TOTAL				R\$

4. CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO

4.1. Findo o processo licitatório, a qualquer momento durante a vigência da Ata de Registro de Preços, de acordo com as necessidades da Administração, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, a licitante vencedora e a Secretaria de Estado de Indústria, Ciência e Tecnologia poderão celebrar o Termo de Contrato.

4.2. VIGÊNCIA

4.2.1. Dado o caráter permanente da prestação dos serviços previstos neste Termo, essencial para assegurar as atividades finalísticas desta Secretaria, o prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contado a partir da sua assinatura podendo, a critério da Administração, ser prorrogado sucessivamente, até o limite de 10 (dez) anos, conforme artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021..

4.3. a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

4.3.1. Esse prazo, pela natureza da continuidade, garante à Administração um ganho de eficiência e agilidade, tendo em vista a redução de custos burocráticos para realização de processos licitatórios a cada ano, maior eficiência na gestão e fiscalização dos contratos, entre outros, nesse sentido, entende-se que a futura contratação acoberta uma necessidade permanente e prolongada da Administração.

4.4. A contratação decorrente deste termo, deverá ser inserida no Plano Plurianual (PPA).

4.5. A prorrogação de que trata este item está condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 4.5.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 4.5.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 4.5.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 4.5.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 4.5.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 4.5.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação;
- 4.5.7. A prorrogação de Contrato será ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

4.5.8. DA EFICÁCIA

4.5.9. A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.

4.5.10. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

4.5.10.1. 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

4.5.10.2. 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

5.1. LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.2. Secretaria de Estado de Indústria, Ciência e Tecnologia - Seict

5.3. PRAZO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO SERVIÇO

5.4. Em conformidade com o artigo 140 da Lei 14.133/2021, os serviços objeto deste Contrato, serão recebidos da seguinte forma:

I - I. **Provisoriamente**, assim que forem realizados os serviços, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações exigidas neste Contrato, bem como, com as especificações constantes da proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

II - II. **Definitivamente**, após verificação da conformidade da sua execução com as referidas especificações, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contado da lavratura do termo de recebimento provisório.

5.5. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços foram executados em desacordo com a proposta de preços, fora das especificações fixadas ou incompletas, depois da **CONTRATADA** ter sido regularmente notificada, este terá o prazo improrrogável de 05 (cinco) dias corridos para realizá-los, desta vez, dentro das referidas especificações, ficando estabelecido que o **CONTRATANTE** aceitará apenas uma única correção.

5.6. O recebimento definitivo dos serviços objeto deste Contrato, não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pelo **CONTRATANTE**, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

5.7. Para os fins do disposto no item anterior, o recebimento definitivo dos serviços consistirá no atesto da nota fiscal/fatura, pela Diretoria de Tecnologia da Informação do **CONTRATANTE**.

5.8. Se houver erro na nota fiscal/fatura, ou qualquer outra circunstância que desaprove o recebimento definitivo, o mesmo ficará pendente e o pagamento suspenso, não podendo a **CONTRATADA** interromper a execução deste Contrato até o saneamento das irregularidades.

5.9. Durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa da **CONTRATADA**, não incidirá sobre o **CONTRATANTE** qualquer ônus, inclusive financeiro.

5.10. Os serviços executados em desacordo com o estipulado neste Contrato serão rejeitados, parcial ou totalmente, conforme o caso.

5.11. O representante do **CONTRATANTE** anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

5.12. CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.12.1. A empresa contratada deverá prestar os serviços em conformidade com as especificações contidas no Termo de referência e em sua Proposta, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie.

5.12.2. O descumprimento do prazo estipulado acarretará à empresa contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital e seus anexos.

5.12.3. No caso de empresa contratada prever atraso no início ou na conclusão dos serviços, poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que presentes: justo motivo), prova documental da alegação e que o pedido seja encaminhado ao fiscal do contrato.

5.12.4. Não sendo apresentado pedido de prorrogação, ou caso apresentado, não seja aceito, a aplicação das sanções prevista neste Termo de Referência e no contrato realizar-se-á em procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à empresa contratada.

6. CLÁUSULA SEXTA - DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO E MODELO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

6.1. O detalhamento da solução referente ao sistema de compras governamentais, incluindo arquitetura tecnológica, módulos e integrações, está apresentado no **Anexo I** deste Estudo Preliminar.

6.2. As definições relativas à prestação dos serviços, à arquitetura tecnológica dos sistemas estratégicos e/ou legados sob responsabilidade da SEICT, bem como às ferramentas de gerenciamento e apoio, encontram-se no **Anexo II** deste Estudo Preliminar.

6.3. Todos os serviços, suas respectivas categorias e as tarefas a serem executadas no âmbito deste estudo estão detalhados no Catálogo de Serviços, constante do **Anexo III** deste Estudo Preliminar.

6.4. Os requisitos de formação, mapa salarial, qualificação técnica e de experiência dos profissionais que prestarão serviços de que envolvem esta solução, estão dispostos no **Anexo IV** deste Estudo Preliminar.

6.5. Os padrões esperados nos serviços, níveis mínimos e indicadores de desempenho a serem executados nesta Secretaria estão dispostos no **Anexo V** deste Estudo Preliminar.

6.6. A estimativa dos serviços e dos perfis profissionais necessários para suporte, sustentação e evolução encontra-se detalhada no **item 13 do Anexo IV**, bem como na respectiva **Memória de Cálculo** anexa a este Estudo Técnico Preliminar.

6.7. Os modelos de Termo de Confidencialidade, Sigilo e Termo de Ciência aplicáveis aos profissionais e empresas envolvidos na execução dos serviços estão apresentados nos **Anexo VII** deste Estudo Técnico Preliminar.

6.8. O modelo de Ordem de Serviço a ser adotado para solicitação, acompanhamento e controle das atividades demandadas, contendo as informações mínimas necessárias para a adequada gestão, execução e rastreabilidade dos serviços prestados, está apresentado no **Anexo VIII** deste Estudo Técnico Preliminar.

6.9. Os critérios de avaliação da exequibilidade dos preços estão detalhados a seguir:

6.9.1. A inexecutabilidade de preços nas licitações públicas implica na possibilidade de desclassificação de propostas manifestamente insuficientes para cobrir os custos de produção, tornando sua execução inviável. Além disso, representa elevado risco de dispêndio indevido de tempo e recursos públicos, caso o objeto seja adjudicado a proponente que não consiga entregar o resultado esperado. Nessa linha, destaca-se a definição do Prof. Jesse Torres, segundo a qual preço inviável é aquele que sequer cobre o custo do produto, da obra ou do serviço, configurando abuso do poder econômico conforme a Lei nº 4.137, de 10.09.62.

6.9.2. Considerando a modalidade Pregão Eletrônico, a Administração analisará os preços ofertados com base no valor estimado, desclassificando propostas que apresentem preços inexequíveis ou superiores ao orçamento, conforme art. 59, III, da Lei nº 14.133/21.

6.9.3. Conforme o art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021, será exigida declaração dos licitantes, sob pena de desclassificação, de que as propostas compreendem integralmente os custos necessários para atendimento dos direitos trabalhistas.

6.9.4. Destaca-se ainda a exigência de apresentação da memória de cálculo do preço ofertado pelas licitantes, considerando todos os custos unitários e globais necessários ao fornecimento da solução, conforme especificado na Planilha de Custos e Formação de Preços (Memória de Cálculo) definida no item 6 do Anexo VI da Portaria SGD/MGI nº 750, de 20 de março de 2023. Ressalta-se que essa memória de cálculo deverá ser **comparada com o orçamento estimado pela Administração**, conforme determina a Lei nº 14.133/2021, para aferição da exequibilidade dos preços e adequada fundamentação do julgamento das propostas.

6.10. Da planilha de custos e formação de preços

6.10.1. Para objetos que utilizam a modalidade de remuneração baseada em Unidade de Serviço Técnico (UST), a formação de preços deverá observar a metodologia estabelecida na Portaria SGD/MGI nº 750, de 20 de março de 2023, especialmente quanto à individualização dos custos por perfil profissional, natureza do serviço e grau de complexidade, bem como demais condições pertinentes à prestação de serviços de Tecnologia da Informação, respeitando a legislação vigente e as orientações do órgão central de compras. Ressalta-se que a cotação de preços foi realizada com base em contratações semelhantes registradas no Pannel Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme cotação anexa a este Estudo Técnico Preliminar.

6.10.2. Considerando a inexistência de registros específicos para o sistema COMPRAC no Pannel Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a estimativa de preços foi realizada por meio de cotações junto a empresas especializadas no fornecimento de soluções aderentes ao objeto deste certame, bem como na análise de contratações análogas promovidas por outros órgãos públicos, estando a documentação das cotações anexada a este Estudo Técnico Preliminar.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

7.0.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial para o objeto a ser contratado.

7.1. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

7.2. Será exigida a prestação de garantia pela Contratada correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que deverá apresentar em até 10 (dez) dias após assinatura do Contrato, liberada de acordo com as condições previstas neste Termo de Referência, conforme disposto no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

7.3. A garantia de execução contratual de que trata este item deve contemplar a cobertura integral para o pagamento de encargos trabalhistas e previdenciários não quitados pelo contratado durante a vigência do Contrato.

7.4. Caberá à Contratada optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

- II - seguro-garantia;
- III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

- 7.5. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 7.6. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias, autoriza a Administração a promover a rescisão do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.7. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.
- 7.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato;
 - b) Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
 - c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e
 - d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada, quando couber.
- 7.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 7.10. No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 7.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 7.12. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 7.13. Será considerada extinta a garantia:
- a) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato;
 - b) No prazo de 03 (três) meses após o término da vigência, caso o Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 8.0.1. A empresa contratada deverá prestar os serviços em conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência e em sua Proposta, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie.
- 8.0.2. O descumprimento do prazo estipulado acarretará à empresa contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital e seus anexos.
- 8.0.3. No caso de empresa contratada prever atraso no início ou na conclusão dos serviços, poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que presentes: justo motivo), prova documental da alegação e que o pedido seja encaminhado ao fiscal do contrato.
- 8.0.4. Não sendo apresentado pedido de prorrogação, ou caso apresentado, não seja aceito, a aplicação das sanções prevista neste Termo de Referência e no contrato realizar-se-á em procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à empresa contratada.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133, e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:
- 9.2. Executar o objeto no prazo estabelecido, a contar da data do recebimento da Ordem de Entrega; Atender prontamente as exigências do CONTRATANTE inerentes ao objeto do fornecimento;
- 9.3. Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os serviços prestados, e demais custos inerentes ao respectivo fornecimento;
- 9.4. Após a medição da execução, caberá à contratada a emissão de nota fiscal ou instituto equivalente com o nome e a caracterização clara e precisa, contendo também o número da Nota de Empenho firmada com o CONTRATANTE.
- 9.5. Implantar e customizar a solução em estrita conformidade com as especificações;
- 9.6. A CONTRATADA se obriga a manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.7. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela funcionalidade da aplicação dos serviços.
- 9.8. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133, e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:
- 9.9. Executar o objeto no prazo estabelecido, a contar da data do recebimento da Ordem de Entrega;
- 9.10. Atender prontamente as exigências do CONTRATANTE inerentes ao objeto do fornecimento;
- 9.11. Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os serviços prestados, e demais custos inerentes ao respectivo fornecimento;
- 9.12. Após a medição da execução, caberá à contratada a emissão de nota fiscal ou instituto equivalente com o nome e a caracterização clara e precisa, contendo também o número da Nota de Empenho firmada com o CONTRATANTE.
- 9.13. Implantar e customizar a solução em estrita conformidade com as especificações;
- 9.14. A CONTRATADA se obriga a manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.15. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela funcionalidade da aplicação dos serviços.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 10.1. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.
- 10.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.
- 10.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no material/equipamento fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 10.4. Comunicar oficialmente às Contratadas quaisquer falhas verificadas no cumprimento do Contrato.
- 10.5. Comunicar formalmente à Contratada, através de correspondências ou aditivos contratuais, sempre que houver alterações e informações que possam modificar itens do Contrato originalmente avençados.
- 10.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais negociações dos preços contratados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado no instrumento de Contrato.
- 10.7. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
- 10.8. Disponibilizar, mensalmente, em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem.
- 10.9. Liberar no prazo previsto para pagamento, a parcela incontroversa, no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade.
- 10.10. Exercer a fiscalização do Contrato por intermédio de servidores especialmente designados, na forma prevista no art. 117, da Lei nº 14.133/2021.
- 10.11. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada.
- 10.12. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e reajuste do Contrato.
- 10.13. Não direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa Contratada.
- 10.14. Observar as obrigações resultantes da Lei nº 14.133/2021.
- 10.15. Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para a entrega dos materiais/equipamentos necessários ao cumprimento do objeto contratado.
- 10.16. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venha a ser solicitado pelo representante ou preposto da Contratada.

- 10.17. Proceder ao recebimento, atestar as respectivas faturas e proceder à liquidação e ao pagamento dos materiais/equipamentos fornecidos.
- 10.18. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 10.19. Recusar, com a devida justificativa, os materiais e/ou equipamentos entregues fora das especificações constantes na proposta da Contratada.
- 10.20. Responder, por dano ou prejuízo que venha a ser causado à Contratada em decorrência de comprovada ação culposa do Contratante.
- 10.21. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 10.22. Verificar a regularidade da Contratada, junto ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores do Governo do Estado do Acre - CADUF, antes de cada pagamento.
- 10.23. Verificar, por ocasião do pagamento, a regularidade da Contratada junto à Seguridade Social, Caixa Econômica Federal (FGTS), Justiça do trabalho, Receita Federal, Fazenda Estadual, Dívida Ativa, Falcência e Condorata e Prefeitura Municipal e demais documentos exigidos neste Termo.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A gestão e a fiscalização do Contrato será efetuada por servidor designado da Procuradoria-Geral do Estado, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, arts. 15 a 20 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 e a Instrução Normativa nº 001/2016 da Controladoria-Geral do Estado do Acre.

11.2. Do Gestor de Contrato

11.2.1. A gestão contratual terá por objetivo garantir a disponibilidade adequada do bem, serviço ou locação às unidades administrativas, incluindo seus colaboradores e público em geral.

11.2.2. O gestor de contrato será o gerente funcional, designado por autoridade máxima, ou por quem delegar, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

- I - solicitar aditivos ou apostilamentos, validar os documentos elaborados e garantir que as contratações estejam previstas no PCA e no planejamento orçamentário;
- II - emitir, com a ciência dos fiscais de contrato, ordens de fornecimento ou ordens de execução de serviço, ordens de paralisação e reinício, bem como decidir sobre pedidos de prorrogação da execução contratual;
- III - indicar os fiscais de contrato e seus substitutos;
- IV - dirimir dúvidas dos fiscais de contrato sobre a correta execução contratual e sua fiscalização;
- V - quando necessário, convocar e coordenar reuniões, registradas em ata, com a participação da contratada e dos fiscais de contrato, a fim de serem alinhados os procedimentos de acompanhamento da execução contratual, forma de apresentação dos documentos exigíveis para realização de pagamentos e conclusão da execução contratual;
- VI - acompanhar a execução do cronograma físico-financeiro dos contratos, saldo dos valores contratados, valores empenhados e orçamentos previstos nos Planos de Trabalho Anuais para cada contrato;
- VII - analisar os relatórios de fiscalização de contratos, especialmente os relacionados ao cumprimento do cronograma de entrega e recebimento de bens e serviços, bem como os relacionados à execução do cronograma físico-financeiro das obras e reformas, a fim de garantir a perfeita execução do contrato;
- VIII - observar os prazos de vigência e execução dos contratos e tomar as medidas necessárias para que sejam executados conforme o contratado, de acordo com as necessidades da Administração Pública e planejamento orçamentário-financeiro;
- IX - decidir sobre a renovação, prorrogação ou alteração do contrato, ou sobre a realização de novo processo licitatório ou de contratação direta, bem como sobre a suspensão da entrega de bens ou da realização de serviços, de acordo com as necessidades da Administração Pública;
- X - quando necessário, negociar com a contratada as condições contratuais;
- XI - analisar a documentação que antecede o pagamento e dar encaminhamento, após o atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato;
- XII - tomar providências para apurar o descumprimento do contrato ou fraude na sua execução;
- XIII - exigir dos fiscais de contrato a inclusão tempestiva das informações relativas à execução do contrato nos sistemas corporativos de controle, publicidade e transparência;
- XIV - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa do contrato;
- XV - emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato;
- XVI - acompanhar os registros realizados pelos fiscais de contrato ou das terceiras contratadas a respeito de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- XVII - elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública;
- XVIII - receber, analisar, instruir e dar impulso aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- XIX - efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, quando couber, bem como no PNCP;
- XX - preencher o termo de avaliação de contrato administrativo disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços; e
- XXI - inserir os dados referentes ao contrato no PNCP.

11.2.3. Nas ausências e impedimentos dos fiscais de contrato titulares e substitutos, o gestor de contrato deverá designar fiscal de contrato provisório, preferencialmente dentre servidores que preencham os requisitos técnicos-profissionais aplicáveis.

11.2.4. Nos contratos de obras e serviços de engenharia, o fiscal de contrato provisório indicado nos termos do item anterior deverá necessariamente preencher os requisitos técnicos-profissionais aplicáveis.

11.2.5. O gestor de contrato deverá ser, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público pertencente ao quadro permanente do órgão ou entidade contratante.

11.3. Do Fiscal de Contrato

11.3.1. O fiscal de contrato, preferencialmente servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública, será designado por autoridade máxima, ou por quem delegar, para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços.

11.3.2. O fiscal de contrato deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.3.3. A verificação da adequação do cumprimento do contrato deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Decreto Estadual nº 11.363/2023.

11.3.4. O fiscal de contrato de obras e serviços de engenharia deverá ter formação nas áreas de engenharia ou arquitetura.

11.3.5. A função de fiscal de contrato deverá ser atribuída a servidor com experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, e especialmente:

- I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências, esclarecendo prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
- II - juntar aos autos todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- III - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- IV - proceder, conforme cronograma físico-financeiro, às medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;
- V - informar ao gestor de contrato, em tempo hábil, situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- VI - comunicar imediatamente ao gestor de contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas previstas;
- VII - adotar as medidas preventivas de controle do contrato, inclusive se manifestar a respeito da suspensão da entrega de bens, realização de serviços ou execução de obras;
- VIII - realizar a conferência de notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, os documentos exigidos para o pagamento bem como verificar a manutenção das

condições de habilitação da contratada e, após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

IX - proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada;

X - determinar, por todos os meios adequados, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

XI - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

XII - determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

XIII - receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

XIV - emitir manifestação técnica nos pedidos de alterações contratuais;

XV - verificar a correta aplicação dos materiais;

XVI - requerer das contratadas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

XVII - realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

XVIII - propor à autoridade competente a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidades;

XIX - no caso de obras e serviços de engenharia, além das atribuições constantes nos incisos anteriores:

a) manter pasta atualizada, com projetos, alvarás, Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs de Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - CREA e Registro de Responsabilidade Técnica - RRTs, referentes aos projetos arquitetônico e complementares, orçamentos e fiscalização, edital da licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutores;

b) vistar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;

c) verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais.

XX - comunicar ao gestor de contrato o término do contrato sob sua responsabilidade, inclusive nos casos de nova contratação ou prorrogação; e

XXI - outras atividades compatíveis com a função.

11.3.6. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração Pública ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os arts. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.3.7. O representante da Administração Pública anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos servidores eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.3.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couberem:

I - os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

II - os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

III - a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

IV - a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

V - o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

VI - a satisfação do público usuário.

11.3.9. O fiscal de contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Capítulo VII da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.3.10. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da contratada que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como marca, qualidade e forma de uso.

11.3.11. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas no edital e na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto no Capítulo VIII do Título III e no Capítulo I do Título IV, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.3.12. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada, exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

I - no caso de empresas regidas pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT):

a) recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e seus empregados, conforme dispõe o art. 195, § 3º da Constituição da República, sob pena de rescisão contratual;

b) recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente ao mês anterior;

c) pagamento de salários no prazo previsto em lei, referente ao mês anterior;

d) fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação, quando cabível;

e) pagamento do 13º salário;

f) concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da lei;

g) realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;

h) eventuais cursos de treinamento e reciclagem;

i) encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED;

j) cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e

k) cumprimento das demais obrigações dispostas no Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, em relação aos empregados vinculados ao contrato.

II - no caso de cooperativas:

a) recolhimento da contribuição previdenciária do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em relação à parcela de responsabilidade do cooperado;

b) recolhimento da contribuição previdenciária em relação à parcela de responsabilidade da cooperativa;

c) comprovante de distribuição de sobras e produção;

d) comprovante da aplicação do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES;

e) comprovante da aplicação em fundo de reserva;

f) comprovação de criação do fundo para pagamento do 13º salário e férias; e

g) eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as sociedades cooperativas.

III - no caso de sociedades diversas, tais como as OSCIPs e as Organizações Sociais - OS, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

11.3.13. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva, serão realizadas entrevistas, a partir de seleção por amostragem, com os trabalhadores da contratada para verificar as anotações contidas nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social - CTPS, devendo ser observadas, dentre outras questões, a data de início do contrato de trabalho, função exercida, remuneração, gozo de férias, horas extras, eventuais alterações de contrato de trabalho e, se necessário, fiscalizar o local de trabalho do empregado.

11.3.14. Nos contratos de maior complexidade ou que demandarem variadas áreas de conhecimento, poderá ser instituída comissão de gestores ou fiscais de contrato para acompanhamento da execução contratual.

11.3.15. Os gestores e fiscais de contratos deverão ser previamente designados, por portaria geral ou específica, e identificados pessoalmente, preferencialmente por meio eletrônico.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento dos serviços prestados será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual contera o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante.

12.2. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.

12.3. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da:

- a) Secretaria de Estado de Indústria, Ciência e Tecnologia – SEICT.
- b) CNPJ nº **16.958.425/0001-48;**
- c) **Rua Rui Barbosa, nº 450 - Centro- CEP 69.900-084 - Rio Branco - Ac.**

12.4. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento de material, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.

12.5. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passaram entre a data da devolução e a da reapresentação.

12.6. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

$EM = N \times VP \times I / 365$, onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.

12.7. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na **Rua Rui Barbosa, nº 450 - Centro- CEP 69.900.084 - Rio Branco - Ac.**, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

12.8. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

12.9. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

12.10. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

12.11. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

13.1. Os contratos poderão ser alterados, nos termos do art. 124 e §§ da Lei nº 14.133/2021, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - Unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos na legislação vigente;

II - Por acordo das partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contra prestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do Contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

13.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que:

13.2.1. Sejam observados pela Contratada todos os requisitos de habilitação exigidos neste Termo e no Contrato original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; e não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

13.3. Os serviços que compõem o objeto deste Contrato poderão ser alterados em função de motivação do Contratante por meio de redimensionamento mediante celebração de Termo Aditivo para prover as alterações conforme a seguir:

- a) Quantitativas - Quando houver mudança nos volumes contratados;
- b) Qualitativas - Quando houver mudança nas especificações dos serviços contratados, desde que não haja descaracterização destes;

13.4. Caso ocorram alterações de escopo ou no contexto do presente Contrato durante o ciclo de execução dos serviços, será verificado o impacto decorrente sobre a atividade em questão, sobre os recursos disponibilizados, podendo ensejar entendimentos comerciais, inclusive com a possibilidade de revisão contratual. Neste caso, será elaborado e apresentado pela Contratada documento específico sobre o caso.

13.5. As alterações qualitativas ensejarão imediata revisão pela Contratada do valor contratual por meio da apresentação de documento específico.

13.6. A Contratada poderá, a qualquer tempo, fazer as atualizações e mudanças necessárias na solução e em seu ambiente produtivo para manter as versões da solução atualizadas, incluir ou alterar funcionalidades, manter o bom funcionamento do serviço que está sendo produzido em suas instalações e garantir os níveis de serviço acordados.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, que sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato e que não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO REAJUSTE E REVISÃO CONTRATUAL

15.1. **Reajuste:**

15.1.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

15.1.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da Contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado da data limite para a apresentação das propostas, aplicando-se o índice IPCA, ou outro que vier a substituí-lo a fim de manter o valor real de mercado, considerando a aplicação da seguinte fórmula:

IPC = Ca/Co x 100, onde:

IPC = Índice de Preços ao Consumidor

Ca = Custo da cesta de mercado no período atual

Co = Custo da cesta de mercado no período de base

- 15.1.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
- 15.1.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 15.1.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 15.1.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 15.1.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 15.1.8. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 15.2. **Revisão:**
- 15.2.1. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica do Contratante, porém contemplará os equipamentos a partir da data do protocolo do pedido;
- 15.2.2. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a Contratada não poderá suspender o fornecimento dos equipamentos e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes;
- 15.2.3. Fica facultado ao Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela Contratada;
- 15.2.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso;
- 15.2.5. Para fins do disposto no subitem anterior, será devida a revisão dos valores pelo Contratante a partir da data do fato que gerou o direito ao reequilíbrio contratual, desde que solicitado formalmente, mediante comprovação pela Contratada e após a análise técnica e jurídica do Contratante;
- 15.2.6. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida revisão do preço contratual, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato, nos termos do disposto no art. 124, na alínea “d” do inciso II da Lei nº 14.133/2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 16.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no presente objeto, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do Contrato, conforme previsto no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:
- I - dar causa à inexecução parcial do Contrato;
 - II - dar causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - III - dar causa à inexecução total do Contrato;
 - IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - V - Não manter a proposta;
 - VI - não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação;
 - VII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Contrato.
- 17.2. Comete ainda, infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, ficando impedida de licitar e contratar em todos os entes federativos, a que se refere o inciso parágrafo 5º do art. 156 desta Lei, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no Contrato e das demais cominações legais a Contratada que:
- I - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto;
 - II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
 - III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 17.3. As possíveis sanções que poderão ser aplicadas são as seguintes:
- I - Advertência;
 - II - Multa;
 - III - Impedimento de licitar e contratar;
 - IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 17.4. Para efeito do disposto no subitem anterior serão utilizados os critérios e graus de infrações estabelecidos no Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.
- 17.5. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se os procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 11.363/2023.
- 17.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao Contratante, observado o princípio da proporcionalidade;
- 17.7. Serão imediatamente incluídas no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas da Controladoria Geral da União – CEIS, constante no sítio www.portaltransparencia.gov.br, os fornecedores que forem sancionados com as penalidades de suspensão ou declaração e inidoneidade prevista na Lei nº 14.133/2021.
- 17.8. Os atos administrativos e aplicação das penalidades serão publicados resumidamente no Diário Oficial do Estado.
18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**
- 18.1. Constituem motivo para extinção do Contrato:
- I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
 - II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
 - III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o Contrato;
 - IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
 - V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato;
 - VI - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade Contratante;
- 18.2. A Contratada terá direito à extinção do Contrato nas seguintes hipóteses:
- I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
 - II - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 90 (noventa) dias;
 - III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
 - IV - atraso superior a 60 (sessenta) dias, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
 - V - não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do fornecimento, nos prazos contratuais;

18.3. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do item anterior não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que a Contratada tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

18.4. A extinção do Contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

18.5. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

19.1. É dever da CONTRATADA observar e cumprir as regras impostas pela Lei Federal nº. 13.709/2018 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, devendo ser observadas, no tratamento de dados, no âmbito do Contrato com esta instituição, a finalidade específica, a consonância ao interesse público e a competência administrativa aplicável.

19.2. É vedada à CONTRATADA a utilização de dados pessoais repassados em decorrência da contratação para finalidade distinta daquela do objeto do Contrato, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

19.3. A CONTRATADA deverá adotar e manter medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais adequadas a proteger os dados pessoais armazenados, processados, transportados ou transmitidos em decorrência do Contrato contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, vazamento ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, assim como mitigar possíveis riscos.

19.4. Ao avaliar o nível apropriado de segurança, a CONTRATADA deverá levar em conta os riscos que são apresentados pelo tratamento, em particular aqueles relacionados a incidentes de segurança com dados pessoais.

19.5. A CONTRATADA deverá apresentar relatório de impacto à proteção de dados, nos moldes do art. 46 §2º da LGPD e sob orientação do ÓRGÃO, logo após a assinatura do Contrato, anualmente e sempre que ocorrer mudança na forma do tratamento dos dados pessoais objeto deste contrato.

19.6. O Contratante poderá requerer maiores informações a respeito do tratamento de dados pessoais realizado pela CONTRATADA de modo a complementar o relatório de impacto à proteção de dados apresentado.

19.7. Caberá à CONTRATADA garantir a implantação de política para tratamento, com ênfase na prevenção ao vazamento de dados pessoais, comprometendo-se a manter o sigilo e a confidencialidade de todas as informações repassadas em decorrência da execução contratual.

19.8. A CONTRATADA deverá observar as disposições previstas na Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do ÓRGÃO.

19.9. A CONTRATADA compromete-se ao correto processamento e armazenamento dos dados pessoais a ela atribuídos em razão de eventuais relações trabalhistas e/ou contratuais havidas em decorrência da contratação com este ÓRGÃO.

19.10. A CONTRATADA deverá comunicar em até 02 (dois) dias úteis a Contratante, contados do momento em que tomou conhecimento, ou em outro prazo estipulado por regulamentação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano ao titular dos dados pessoais, para que esta instituição possa tomar as providências necessárias de comunicação ao titular de dados pessoais e à ANPD, se aplicável.

19.11. Para a execução do objeto do Contrato, em observância ao disposto na Lei Federal nº. 13.709/2018 (LGPD), na Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei Federal nº. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e ao princípio da transparência, a CONTRATADA e seu(s) representante(s) fica(m) ciente(s) do acesso e da divulgação, por este ÓRGÃO, de seus dados pessoais, tais como número do CPF, RG, estado civil, endereço comercial, endereço residencial e endereço eletrônico.

19.12. A CONTRATADA se compromete também a:

19.13. Tratar todos os dados pessoais necessários para o devido cumprimento do objeto do Contrato, somente nos estritos limites determinados pela instituição e em conformidade com a natureza do Contrato;

19.14. Realizar o tratamento de dados pessoais, na execução do Contrato, somente de acordo com as bases legais dos artigos 7º e 11, da LGPD, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

19.15. Se abster de copiar, transferir, compartilhar, duplicar, ou realizar qualquer operação que vise à criação de um novo banco de dados contendo os dados pessoais em função do Contrato, fora do escopo inicialmente contratado ou autorizado, por escrito, pelo instituição pública;

19.16. Assegurar que o acesso e o tratamento dos dados pessoais fiquem restritos aos colaboradores que precisem efetivamente tratá-los, com o objetivo único de alcançar as finalidades definidas no Contrato;

19.17. Garantir que todas as pessoas autorizadas a tratar dados pessoais estejam sujeitas a contratos de sigilo ou obrigações presentes no termo de ciência e segurança da informação, conforme itens 32.1 e 32.2 deste Termo de Referência, bem como devidamente instruídas e capacitadas para o tratamento de dados pessoais e conhecimento das obrigações da CONTRATADA.

19.18. A CONTRATADA é responsável pela legalidade da transferência internacional dos dados pessoais prevista no Contrato, devendo obter o consentimento específico e em destaque do ÓRGÃO a respeito dessa transferência.

19.19. Caso um titular de dados pessoais, autoridade responsável pela proteção de dados pessoais, ou terceiros requisitar à CONTRATADA, informações ou a tomada de providências sobre o tratamento de dados pessoais relacionadas ao Contrato, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente a esta instituição, por escrito, não devendo responder nenhuma solicitação até a instrução ou a autorização do ÓRGÃO.

19.20. Sempre que necessário, a CONTRATADA deverá auxiliar a Contratante a realizar relatório de impacto à proteção de dados, cooperar para o cumprimento de obrigações e atendimento de solicitações perante autoridades fiscalizadoras e garantir a possibilidade de exercício dos direitos dos titulares dos dados pessoais, previstos no art. 18 da LGPD.

19.21. Caso se verifique que são necessárias medidas adicionais para regular a proteção de dados pessoais relacionadas ao cumprimento das obrigações do Contrato, a CONTRATADA se compromete a celebrar termo aditivo para cumprir tal finalidade.

19.22. Na ocasião do encerramento ou eventual rescisão do Contrato, a CONTRATADA deverá prontamente interromper o tratamento dos dados pessoais compartilhados, entre 15 (quinze) e 30 (trinta) dias, eliminar, anonimizar e/ou bloquear o acesso aos dados pessoais tratados em virtude do Contrato, exceto para o cumprimento de obrigação legal e sem prejuízo de outros prazos de guarda e retenção de dados porventura previstos neste contrato ou em ato normativo do ÓRGÃO, devendo apresentar os respectivos logs e todas as cópias porventura existentes.

20. CLÁUSULA VIGÉSSIMA - DAS DISPOSIÇÕES ANTICORRUPÇÃO

20.1. Compromisso com a Integridade: A Contratada declara expressamente que não oferecerá, dará, prometerá, solicitará ou aceitará, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, suborno, propina, comissão ou qualquer outra forma de benefício ilícito a agentes públicos ou terceiros em razão deste contrato.

20.2. Conformidade com a Legislação: A Contratada se compromete a cumprir todas as disposições da Lei Federal nº. 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), da Lei Estadual nº. 3.747/2021 (Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre) e demais normas aplicáveis.

20.3. Canal de Denúncias: A Contratada se compromete a divulgar, no âmbito de sua organização, o canal de denúncias da (Secretaria de Estado de Indústria, Ciência e Tecnologia - SEICT), assegurando que qualquer colaborador possa relatar irregularidades relacionadas à execução deste contrato. Para tanto, deverão ser informados os seguintes meios de contato:

E-mail:

Telefone:

WhatsApp:

Endereço: "

21. CLÁUSULA VIGÉSSIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

21.1. A contratação prevista neste termo tem amparo legal na Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações, Decreto Federal nº. 12.343, de 30 de dezembro de 2024, Decreto Estadual nº. 11.363, de 22 de novembro de 2023, Decreto Federal nº. 11.871, de 29 de dezembro de 2023, Decreto Estadual nº. 5.966/2010, Lei Complementar nº. 123/2006 e suas alterações e Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990.

22. CLÁUSULA VIGÉSSIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

22.1. Este Contrato vincula-se ao Termo de Referência, ao edital de licitação, à proposta do licitante vencedor e eventuais anexos dos documentos supracitados, independentemente da transcrição.

23. CLÁUSULA VIGÉSSIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

23.1. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do Contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos prazos estabelecidos no art. 94 da Lei nº. 14.133/2021, bem como no respectivo site oficial na Internet, contados da data de sua assinatura.

23.2. 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação.

24. **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO**

24.1. O foro do presente Contrato será o da Comarca de Rio Branco, Capital do Estado do Acre, excluído qualquer outro.

24.2. E assim, por estarem às partes de acordo, justas e Contratadas, foi lavrado o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal
EMPRESA
CONTRATADA

ASSINADO APENAS PARA VISUALIZAÇÃO



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCA SAMIRA CRUZ DE SOUSA, Chefe de Divisão**, em 15/01/2026, às 09:21, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019035413** e o código CRC **B315A7B4**.

ANEXO IV DO EDITAL - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Referente: Edital Pregão Eletrônico SRP N.º ____/____.

Apresentamos a V.S., nossa Proposta de fornecimento de serviços especializados _____, nos termos do Edital e seus Anexos.

NOME COMPLETO DO LICITANTE: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

EMAIL: _____

TELEFONE: _____

CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 15.1. DO TERMO DE REFERÊNCIA

O **prazo de validade** de nossa **proposta de preços** é de **xx (xxxxxxxx) dias**, contados da data da abertura da licitação.

Prazo de entrega conforme especificações do Anexo I.

Declaramos que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

Notas:

1. **Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.**
2. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.
3. Vide outras determinações no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.

@Serie@ Nº 2/2026/SEICT - AZPE

MATRIZ DE GERENCIAMENTO DE RISCO

A presente **Matriz de Riscos** é elaborada em atendimento ao disposto nos arts. **91 e 92 do Decreto Estadual nº 11.363/2023**, bem como ao art. **18, inciso X**, e ao art. **22 da Lei nº 14.133/2021**, constituindo instrumento essencial de apoio ao planejamento, à gestão e à fiscalização da contratação pública.

Considerando a **complexidade técnica**, o **alto valor estimado** da contratação e a **criticidade do objeto**, especialmente por envolver a operação de **recinto alfandegado sob controle da Receita Federal do Brasil**, a identificação prévia dos riscos inerentes ao contrato mostra-se indispensável para:

- assegurar a continuidade operacional da Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Estado do Acre – AZPE/AC;
- prevenir impactos negativos à legalidade, à eficiência e à economicidade da contratação;
- estabelecer responsabilidades claras entre a Administração Pública e a empresa contratada;
- subsidiar a atuação do gestor e do fiscal do contrato ao longo de toda a execução contratual.

A Matriz de Riscos ora apresentada adota metodologia qualitativa, compatível com as boas práticas de governança e gestão de riscos na Administração Pública, identificando os principais riscos **técnicos, operacionais, jurídicos, financeiros e de conformidade**, bem como as respectivas medidas de prevenção, mitigação e monitoramento.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. A contratação em análise tem por objeto a **instalação e locação de solução integrada e especializada**, destinada ao **gerenciamento e controle das operações logísticas, fiscais, aduaneiras e administrativas** do recinto alfandegado da **Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Estado do Acre – AZPE**.

1.2. A solução a ser contratada deverá abranger, de forma integrada, **software (modelo SaaS), infraestrutura tecnológica (hardware), suporte técnico especializado e manutenção contínua**, com vistas a garantir a plena operacionalização da ZPE/AC, observando rigorosamente as exigências normativas impostas pela **Receita Federal do Brasil – RFB** e demais órgãos de controle e fiscalização.

1.3. A contratação visa, em especial:

- atender às exigências legais e operacionais aplicáveis aos **recintos alfandegados**, assegurando conformidade com a legislação aduaneira vigente;
- promover a **rastreabilidade, o controle e a segurança** de bens, insumos e mercadorias submetidos a regimes aduaneiros especiais;
- automatizar os processos de **entrada, permanência, movimentação e saída de mercadorias**, reduzindo riscos operacionais e falhas humanas;
- permitir a **integração sistêmica** com plataformas governamentais essenciais, tais como **SISCOMEX, Portal Único de Comércio Exterior, sistemas da SEFAZ**, entre outros;
- assegurar a **segurança da informação**, a integridade dos dados e a conformidade com a **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018)**;
- disponibilizar **ferramentas de gestão, relatórios gerenciais e trilhas de auditoria**, aptas a subsidiar a fiscalização, a tomada de decisão administrativa e eventuais auditorias internas ou externas;
- garantir a **continuidade operacional da ZPE**, por meio de plataforma tecnológica robusta, escalável e com níveis adequados de disponibilidade e suporte.

1.4. O valor estimado da contratação é de **R\$ xxxxx (xxxxxxxxxxxxx)**, com prazo inicial de **12 (doze) meses**, admitida a prorrogação sucessiva até o limite máximo de **10 (dez) anos**, nos termos dos arts. **106 e 107 da Lei nº 14.133/2021**, caracterizando-se como **serviço continuado com solução de tecnologia da informação e comunicação – TIC**.

1.5. Em razão do vulto financeiro, da duração contratual potencialmente prolongada e da elevada complexidade técnica do objeto, a contratação apresenta **riscos relevantes**, cuja adequada identificação, alocação e tratamento são fundamentais para a preservação do interesse público, a mitigação de passivos administrativos e a segurança jurídica da Administração.

1.6. Diante desse contexto, a elaboração da presente Matriz de Riscos revela-se **obrigatória e imprescindível**, nos termos do art. 92 do Decreto Estadual nº 11.363/2023, devendo integrar o processo de contratação e a minuta contratual como instrumento de referência para a execução, fiscalização e eventual revisão do ajuste.

2. METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO, AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS

2.1. A identificação, análise e tratamento dos riscos associados à presente contratação foram realizados com base em metodologia qualitativa, compatível com as **boas práticas de gestão de riscos na Administração Pública**, observando-se as diretrizes da **Lei nº 14.133/2021**, do **Decreto Estadual nº 11.363/2023** e da **Instrução Normativa CGE nº 001/2024**.

2.2. A metodologia adotada tem como finalidade **antecipar eventos incertos** que possam impactar negativamente a execução do contrato, permitindo à Administração Pública **planejar medidas preventivas e mitigadoras**, bem como definir responsabilidades claras entre as partes contratantes.

2.3. **Identificação dos Riscos**

2.4. Os riscos foram identificados a partir da análise do objeto da contratação, de sua natureza tecnológica, do modelo contratual adotado e das condições de execução previstas, considerando, entre outros aspectos:

- a complexidade técnica da solução integrada de TIC;
- a criticidade do objeto para a operação da Zona de Processamento de Exportação;
- a necessidade de atendimento a normativos específicos da Receita Federal do Brasil;
- a integração com sistemas governamentais externos;
- a manipulação de dados sensíveis e informações estratégicas.

2.5. Os riscos foram classificados em categorias, tais como **riscos técnicos, operacionais, jurídicos, financeiros, de conformidade e de segurança da informação**, de modo a possibilitar análise estruturada e direcionada.

2.6. **Análise da Probabilidade e do Impacto**

2.7. Após a identificação, cada risco foi avaliado quanto à sua **probabilidade de ocorrência** e ao **impacto potencial** sobre os objetivos da contratação, utilizando-se os seguintes parâmetros qualitativos:

- **Probabilidade:**

Baixa – evento pouco provável de ocorrer;

Média – evento possível, considerando experiências anteriores e características do objeto;

Alta – evento com elevada chance de ocorrência.

- **Impacto:**

Baixo – impacto limitado, com efeitos facilmente reversíveis;

Médio – impacto relevante, exigindo ações corretivas específicas;

Alto – impacto significativo, capaz de comprometer a execução contratual, a continuidade do serviço ou a legalidade da contratação.

A combinação entre probabilidade e impacto permitiu a classificação do **nível de risco**, orientando a definição das medidas de tratamento mais adequadas.

2.8. **Tratamento dos Riscos**

Para cada risco identificado, foram definidas **medidas de tratamento**, subdivididas em:

- **Medidas Preventivas:** ações destinadas a reduzir a probabilidade de ocorrência do risco;
- **Medidas Mitigadoras:** ações destinadas a reduzir os impactos caso o risco venha a se concretizar.

Sempre que possível, as medidas propostas foram incorporadas ao **instrumento contratual**, por meio de cláusulas específicas, níveis de serviço (SLA), obrigações da contratada, penalidades e mecanismos de fiscalização.

2.9. **Alocação de Responsabilidades**

Em observância ao art. 91 do Decreto Estadual nº 11.363/2023, a Matriz de Riscos estabelece a **alocação objetiva das responsabilidades**, indicando, para cada risco:

- a parte responsável pela sua gestão (Administração ou contratada);
- a parte responsável pela sua gestão (Administração ou contratada);
- o agente responsável pelo monitoramento (gestor ou fiscal do contrato).

Tal definição visa reduzir conflitos durante a execução contratual, prevenir desequilíbrios econômico-financeiros indevidos e conferir maior previsibilidade às relações contratuais.

2.10. **Monitoramento e Atualização**

A Matriz de Riscos deverá ser utilizada como instrumento permanente de apoio à **gestão e fiscalização do contrato**, podendo ser revisada e atualizada sempre que identificadas alterações relevantes no objeto, no escopo ou nas condições de execução contratual, nos termos da legislação aplicável.

3. **IDENTIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS**

3.1. Considerando o objeto da contratação, sua natureza tecnológica, o ambiente regulatório aplicável aos recintos alfandegados e a criticidade da solução para a operação da Zona de Processamento de Exportação do Estado do Acre, foram identificados os principais riscos capazes de impactar a execução contratual, a continuidade do serviço e o atendimento ao interesse público.

3.2. Os riscos a seguir descritos foram classificados de acordo com sua **probabilidade de ocorrência e impacto potencial**, conforme metodologia apresentada no tópico anterior, levando em consideração experiências anteriores em contratações similares, boas práticas de gestão pública e o grau de dependência da solução para a atividade finalística da Administração.

3.3. **Risco de Não Conformidade com as Exigências da Receita Federal do Brasil**

3.4. A operação de recinto alfandegado está sujeita a rigorosos requisitos normativos e operacionais estabelecidos pela Receita Federal do Brasil – RFB. Nesse contexto, existe o risco de a solução tecnológica contratada **não atender integralmente às exigências técnicas, funcionais ou procedimentais impostas pela autoridade aduaneira**, seja por inadequação do sistema, seja por mudanças normativas supervenientes.

3.5. A concretização desse risco pode resultar em **restrições operacionais**, sanções administrativas ou até mesmo na **inviabilização da operação da ZPE**, o que justifica sua classificação com **impacto alto**. A probabilidade é considerada **média**, diante da complexidade técnica do objeto e da necessidade de constante alinhamento com normas federais específicas.

3.6. **Risco de Falhas de Integração com Sistemas Governamentais Externos**

3.7. A solução a ser contratada deverá se integrar a diversos sistemas governamentais, tais como **SISCOMEX, Portal Único de Comércio Exterior e sistemas da SEFAZ**, os quais possuem regras próprias, atualizações frequentes e requisitos técnicos específicos.

3.8. Há risco de **incompatibilidade, instabilidade ou falhas de comunicação entre os sistemas**, o que pode comprometer a automação dos processos, gerar retrabalho manual e afetar a confiabilidade das informações. Considerando a dependência direta dessas integrações para o funcionamento do recinto alfandegado, o impacto do risco é classificado como **alto**, com **probabilidade média**, dada a complexidade das interfaces envolvidas.

3.9. **Risco de Interrupção da Continuidade Operacional da ZPE**

3.10. A indisponibilidade parcial ou total da solução tecnológica, seja por falhas técnicas, problemas de infraestrutura ou deficiência no suporte e manutenção, representa risco relevante à **continuidade das operações da ZPE**.

3.11. A paralisação ou instabilidade do sistema pode comprometer o controle aduaneiro, a movimentação de mercadorias e o cumprimento das obrigações legais, afetando diretamente a atividade econômica e a imagem institucional do Estado. Em razão da criticidade do serviço, o impacto é considerado **alto**, e a probabilidade é avaliada como **média**, demandando especial atenção às cláusulas de nível de serviço e contingência.

3.12. **Risco de Falhas de Segurança da Informação e Violação de Dados**

3.13. A contratação envolve o tratamento de **dados sensíveis, estratégicos e sigilosos**, relacionados a operações aduaneiras, empresas, mercadorias e usuários do sistema, estando sujeita às disposições da **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD**.

3.14. Existe o risco de ocorrência de **vazamento, perda, acesso indevido ou uso inadequado de dados**, seja por falhas técnicas, ataques cibernéticos ou fragilidades nos controles de segurança. Embora a probabilidade seja considerada **baixa**, em razão da exigência de soluções robustas e especializadas, o impacto potencial é **alto**, considerando as consequências legais, administrativas e reputacionais para a Administração Pública.

3.15. **Risco de Dependência Excessiva da Contratada (Lock-in Tecnológico)**

3.16. A utilização de solução integrada, especialmente no modelo **SaaS**, pode gerar dependência excessiva da empresa contratada, dificultando a substituição do fornecedor ao término do contrato ou em caso de rescisão.

3.17. Esse risco pode impactar a **continuidade do serviço**, a competitividade em futuras contratações e a capacidade da Administração de migrar dados e processos para outra solução. A probabilidade é considerada **média**, e o impacto **médio**, uma vez que o risco pode ser mitigado por cláusulas contratuais adequadas, como portabilidade de dados e transição assistida.

3.18. **Risco de Inexecução Contratual ou Desempenho Insatisfatório**

3.19. Existe o risco de a contratada **não cumprir integralmente as obrigações pactuadas**, seja quanto aos prazos, à qualidade dos serviços, aos níveis de serviço acordados ou à manutenção adequada da solução.

3.20. A materialização desse risco pode gerar prejuízos operacionais, necessidade de aplicação de sanções e, em situações extremas, a rescisão contratual. A probabilidade é classificada como **média**, considerando a complexidade da execução, e o impacto é considerado **médio**, pois, embora relevante, pode ser tratado por meio de fiscalização efetiva e mecanismos contratuais de controle.

3.21. **Síntese da Classificação dos Riscos**

3.22. Os riscos identificados refletem as principais vulnerabilidades inerentes à contratação de solução tecnológica complexa e de alta criticidade operacional. A adequada gestão desses riscos, por meio das medidas preventivas, mitigadoras e de monitoramento previstas nesta Matriz, é condição essencial para o êxito da contratação e para a preservação do interesse público.

3.23. Os riscos identificados, sua classificação e as respectivas medidas de tratamento encontram-se sintetizados no **Quadro 1 – Identificação, Classificação e Tratamento dos Riscos**, que integra a presente Matriz de Riscos.

GRAU DE IMPACTO DO RISCO		
Classificação	Parâmetro	Descrição

ALTO	3	Impacto máximo aos objetivos, com ou sem probabilidade de recuperação
MÉDIO	2	Impacto mediano aos objetivos, com probabilidade de recuperação
BAIXO	1	Impacto mínimo aos objetivos

PROBABILIDADE x IMPACTO				
PROBABILIDADE	ALTA (3)	3	6	9
	MÉDIA (2)	1	4	6
	BAIXA (1)	1	2	3

ACEITABILIDADE DO RISCO	
Valores	Avaliação de risco
1 ou 2	Aceitável
3 ou 4	Aceitável intermediário
6 ou 9	Inaceitável

1. IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS DA CONTRATAÇÃO (MAPA DE RISCO)

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO						
FASE	ID	FASE	DESCRIÇÃO DO RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO
Planejamento da Contratação	1.1	Planejamento da Contratação	Contratação de empresa que não atende plenamente a necessidade ou a prestação de serviço	Baixa	Baixo	Alto
	1.2		Quantitativo estimado insuficiente para atender a demanda real	Baixa	Alto	Baixo
	1.3		Baixa Competitividade, com poucas empresas em condições de atendimento ao volume da demanda	Alta	Baixo	Alto
	1.4		Deserção ou fracasso em um ou mais itens do objeto	Baixa	Baixo	Baixo
	1.5		Inviabilidade total ou parcial da utilização de novo contrato evitando a descontinuidade do serviço, antes do término do contrato em andamento do órgão	Baixa	Baixo	Baixo
	1.6		Direcionamento do objeto	Alto	Alto	Baixo
	1.7		Variação imprevisível e superveniente do preço de mercado	Media	Médio	Alto
	1.8		Comprometimento do resultado da compra e da descontinuidade na prestação dos serviços	Baixa	Médio	Baixo
	1.9		Frustração com a expectativa de elevada demanda estimada no Edital	Baixa	Baixo	Baixo
	1.10		Superfaturamento	Baixa	Baixo	Baixo
	1.11		Solução de continuidade em razão do preço contratados	Média	Alto	Médio
	1.12		A CONTRATANTE não dispor de recursos financeiros suficientes	Baixa	Alto	Baixo

Seleção do Fornecedor	1.13	Seleção do Fornecedor	Impugnação administrativa e/ ou judicial do Edital	Baixa	Alto	Baixa
	1.14		Contratação de preços fora de mercado	Baixa	Alto	Baixa
	1.15		Planilhas de Formação de Preços incompletas	Baixa	Alto	Baixa
	1.16		Item deserto ou item fracassado	Baixa	Alto	Baixa
Gestão do Contrato	1.17	Gestão do Contrato	Não manutenção das condições de habilitação, por parte da empresa, em período de vigência do Contrato	Baixa	Alto	Baixa
	1.18		Descumprimento de prazo para entrega de peças e da prestação dos serviços	Baixa	Alto	Baixa
	1.19		Dificuldade na execução do serviço e fornecimento peças	Baixa	Alto	Baixa
	1.20		Atraso na execução dos serviços e na entrega de peças	Baixa	Alto	Baixa
	1.21		Contratação de empresa que possui baixa produtividade de seus colaboradores e parceiros, durante a execução do contrato	Baixa	Alto	Baixa
	1.22		Cancelamento da Ata de Registro de Preços	Baixa	Alto	Baixa
	1.23		Não entrega e/ou não fornecimento de bens e serviços	Baixa	Alto	Baixa
	1.24		Entrega de peças ou execução do serviço pela empresa em datas anteriores às Ordens de Serviço do Contrato	Baixa	Alto	Baixa
	1.25		Acompanhamento da execução insuficiente, pelo gestor da ata e pelos órgãos partícipes	Baixa	Alto	Baixa
	1.26		Improbidades administrativas no desempenho das funções dos gestores e fiscais dos contratos	Baixa	Alto	Baixa
	1.27		Planilhas de Reajustes Financeiros contendo erros	Baixa	Alto	Baixa

2. MATRIZ DE GERENCIAMENTO DE RISCO

Item	Risco Identificado	Natureza do Risco	Probabilidade	Impacto	Nível do Risco	Medidas Preventivas	Medidas Mitigadoras	Responsável
1.1	Não conformidade com exigências da Receita Federal do Brasil	Técnico Regulatório	Média	Alto	Alto	Exigência contratual de atendimento às normas da RFB, validação prévia das funcionalidades do sistema	Correção imediata das não conformidades, aplicação de penalidades contratuais	Contratada
1.2	Falhas de integração com sistemas governamentais (SISCOMEX, SEFAZ)	Técnico Operacional	Média	Alto	Alto	Comprovação de experiência prévia, testes de integração antes da produção	Ajustes técnicos contínuos; suporte especializado	Contratada
1.3	Interrupção da continuidade operacional da ZPE	Operacional	Média	Alto	Alto	Definição de SLA; infraestrutura redundante	Atendimento emergencial; multas por indisponibilidade	Contratada
1.4	Falhas de segurança da informação e violação de dados (LGPD)	Jurídico / Segurança da Informação	Baixa	Alto	Médio	Controles de acesso; criptografia; conformidade com a LGPD	Plano de resposta a incidentes; comunicação imediata	Contratada
1.5	Dependência excessiva da contratada (lock-in tecnológico)	Estratégico / Tecnológico	Média	Médio	Médio	Portabilidade de dados; documentação técnica	Transição assistida ao término ou rescisão	Contratada
1.6	Inexecução Contratual desempenho insatisfatório	Contratual Operacional	Média	Médio	Médio	Obrigações claras, fiscalização contínua	Aplicação de sanções, eventual rescisão	Contratada

3.24. A identificação e a classificação dos riscos apresentados neste tópico evidenciam que a contratação em análise envolve **riscos relevantes e inerentes à sua complexidade técnica, ao ambiente regulatório específico e à criticidade operacional da Zona de Processamento de Exportação.**

3.25. Os riscos elencados refletem situações previsíveis e compatíveis com contratações de soluções integradas de tecnologia da informação aplicadas a recintos alfandegados, não representando, por si só, impedimento à contratação, desde que **adequadamente tratados, monitorados e alocados entre as partes**, conforme previsto nesta Matriz de Riscos.

3.26. A classificação adotada permite à Administração Pública **priorizar esforços de gestão e fiscalização**, concentrando atenção nos riscos de maior impacto potencial, especialmente aqueles relacionados à conformidade com a Receita Federal do Brasil, à integração sistêmica e à continuidade operacional da ZPE.

3.27. Dessa forma, o adequado tratamento dos riscos identificados constitui condição essencial para a **mitigação de passivos administrativos, a preservação do interesse público e a segurança jurídica da contratação**, servindo como base para as medidas descritas no tópico subsequente.

4. TRATAMENTO, ALOCAÇÃO DE RESPONSABILIDADES E MONITORAMENTO DOS RISCOS

- 4.1. Em observância ao disposto no **art. 91 do Decreto Estadual nº 11.363/2023**, o tratamento dos riscos identificados nesta Matriz tem como premissa a **alocação objetiva e equilibrada das responsabilidades**, considerando a capacidade de cada parte para prevenir, mitigar ou absorver os impactos decorrentes da eventual materialização dos riscos.
- 4.2. A adequada gestão dos riscos busca reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos indesejados e, quando inevitáveis, minimizar seus impactos sobre a execução contratual, assegurando a continuidade dos serviços e o atendimento aos objetivos institucionais da Administração.

Estratégia de Tratamento dos Riscos

4.3. Para cada risco identificado, foram definidas estratégias de tratamento compatíveis com sua natureza e nível de criticidade, adotando-se, de forma combinada ou isolada, as seguintes abordagens:

- **Prevenção**, por meio da inserção de requisitos técnicos, obrigações contratuais claras, níveis mínimos de serviço (SLA) e exigências de conformidade normativa;
- **Mitigação**, mediante a previsão de medidas corretivas, planos de contingência, suporte técnico especializado e aplicação de penalidades contratuais;
- **Aceitação controlada**, nos casos em que o risco residual é considerado compatível com o interesse público, desde que devidamente monitorado.

4.4. Sempre que possível, as medidas de tratamento foram incorporadas ao **Termo de Referência, ao Edital e à Minuta de Contrato**, de modo a conferir eficácia jurídica e operacional às ações propostas.

Alocação de Responsabilidades

4.5. A alocação de responsabilidades foi realizada com base no princípio de que **o risco deve ser atribuído à parte que detém melhores condições de gerenciá-lo**, evitando-se a transferência indevida de riscos à Administração Pública.

Nesse sentido:

- 4.6. Os **riscos técnicos, operacionais, de segurança da informação e de integração sistêmica** foram, em regra, atribuídos à **empresa contratada**, por deter o domínio técnico da solução fornecida;
- 4.7. À **Administração Pública** compete a responsabilidade pela adequada gestão e fiscalização do contrato, pela observância das obrigações legais e pela tomada de decisões administrativas decorrentes da execução contratual.
- 4.8. Essa alocação visa reduzir disputas contratuais, prevenir pedidos indevidos de reequilíbrio econômico-financeiro e conferir maior previsibilidade às relações entre as partes.

Monitoramento e Controle dos Riscos

4.9. O monitoramento dos riscos será realizado de forma contínua durante a execução contratual, sob a responsabilidade do **gestor e do fiscal do contrato**, nos termos do **art. 117 da Lei nº 14.133/2021** e dos **arts. 15 a 20 do Decreto Estadual nº 11.363/2023**.

4.10. As atividades de monitoramento deverão contemplar, entre outras ações:

- acompanhamento do cumprimento dos níveis de serviço pactuados;
- verificação da conformidade da solução com os requisitos legais e técnicos;
- registro e tratamento tempestivo de ocorrências e incidentes;
- avaliação periódica da necessidade de atualização da Matriz de Riscos.

4.11. Sempre que identificadas alterações relevantes no escopo, nas condições de execução ou no ambiente regulatório, a Matriz de Riscos poderá ser **revisada e atualizada**, com a devida formalização nos autos do processo.

Considerações Finais do Tópico

- 4.12. O tratamento, a alocação de responsabilidades e o monitoramento dos riscos estabelecidos neste tópico reforçam o caráter preventivo e estruturante da presente Matriz de Riscos, contribuindo para uma **gestão contratual mais eficiente, transparente e segura**.
- 4.13. A utilização sistemática deste instrumento permitirá à Administração Pública **antecipar problemas, reduzir impactos adversos e assegurar a continuidade operacional da ZPE**, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, planejamento e interesse público.

5. INTEGRAÇÃO DA MATRIZ DE RISCOS AOS INSTRUMENTOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. A presente Matriz de Riscos constitui instrumento integrante e indissociável do processo de contratação, devendo ser observada de forma articulada com os demais documentos que compõem a fase preparatória e a execução contratual, especialmente o **Termo de Referência, o Edital e a Minuta do Contrato**.
- 5.2. Em conformidade com o art. 91 do **Decreto Estadual nº 11.363/2023**, a Matriz de Riscos tem por finalidade estabelecer, de maneira clara e objetiva, a **alocação dos riscos entre as partes**, bem como subsidiar a definição de cláusulas contratuais, níveis de serviço, obrigações, penalidades e mecanismos de fiscalização, conferindo maior previsibilidade e segurança jurídica à contratação.

Integração com o Termo de Referência

5.3. O Termo de Referência reflete as necessidades da Administração Pública e define os requisitos técnicos, operacionais e funcionais da solução a ser contratada. Nesse contexto, a Matriz de Riscos foi elaborada em consonância com as disposições do Termo de Referência, de modo a:

- identificar riscos diretamente associados às características do objeto e às condições de execução previstas;
- subsidiar a definição de requisitos mínimos de desempenho, disponibilidade e segurança da solução;
- orientar a inclusão de exigências técnicas voltadas à prevenção de falhas operacionais, de integração sistêmica e de conformidade normativa.

5.4. Assim, o Termo de Referência e a Matriz de Riscos devem ser interpretados de forma complementar, assegurando que os riscos identificados sejam devidamente considerados desde a fase de planejamento da contratação.

Integração com o Edital de Licitação

5.5. O Edital de Licitação, como instrumento convocatório, deverá refletir os riscos identificados nesta Matriz, especialmente no que se refere:

- às exigências de habilitação técnica compatíveis com a complexidade do objeto;
- à definição clara das obrigações da futura contratada;
- à previsão de critérios objetivos de julgamento e execução;
- à inclusão de cláusulas relativas a níveis de serviço, penalidades e responsabilidades.

5.6. A integração da Matriz de Riscos ao Edital visa garantir que os licitantes tenham **pleno conhecimento dos riscos assumidos**, permitindo a formulação de propostas mais aderentes à realidade da contratação e reduzindo a probabilidade de litígios ou pedidos indevidos de reequilíbrio econômico-financeiro.

Integração com a Minuta do Contrato

5.7. A Matriz de Riscos deverá integrar formalmente a **Minuta do Contrato**, como **anexo específico**, nos termos do parágrafo único do art. 91 do Decreto Estadual nº 11.363/2023, vinculando as partes às responsabilidades e medidas de tratamento nela previstas.

5.8. No âmbito contratual, a Matriz de Riscos subsidia:

- a definição das responsabilidades da contratada quanto à prevenção e mitigação dos riscos técnicos, operacionais e de segurança da informação;
- a delimitação das hipóteses de aplicação de sanções e penalidades;
- a análise de eventuais pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro, à luz da alocação prévia dos riscos;
- a atuação do gestor e do fiscal do contrato na identificação, registro e tratamento de ocorrências.

- Dessa forma, a Matriz de Riscos passa a integrar o regime jurídico do contrato, produzindo efeitos durante toda a sua execução.

Utilização da Matriz de Riscos na Execução Contratual

- 5.9. Durante a execução do contrato, a Matriz de Riscos deverá ser utilizada como instrumento de apoio permanente à **gestão e fiscalização contratual**, orientando a tomada de decisões administrativas e a adoção de medidas corretivas.
- 5.10. Sempre que identificada a materialização de algum risco previsto, o gestor e o fiscal do contrato deverão adotar as providências cabíveis, observando a alocação de responsabilidades e as medidas de tratamento definidas, bem como registrar as ocorrências nos autos do processo, de modo a preservar a transparência e a rastreabilidade das decisões.

Considerações Finais do Tópico

- 5.11. A integração da Matriz de Riscos aos instrumentos da contratação reforça o caráter preventivo, estruturante e vinculante deste documento, assegurando que a gestão dos riscos não se limite à fase de planejamento, mas se estenda a toda a execução contratual.
- 5.12. Tal integração contribui para a **redução de incertezas**, a **mitigação de passivos administrativos**, a **segurança jurídica das partes** e a **efetividade da contratação**, em consonância com os princípios da legalidade, do planejamento, da eficiência e do interesse público.

6. GOVERNANÇA, COMUNICAÇÃO E REGISTRO DE OCORRÊNCIAS

- 6.1. A governança da contratação constitui elemento essencial para assegurar a adequada gestão dos riscos identificados, a transparência das decisões administrativas e a efetividade das medidas de prevenção e mitigação previstas nesta Matriz de Riscos. Nesse sentido, a presente contratação adota modelo de governança pautado na **segregação de funções**, na **definição clara de responsabilidades** e na **formalização dos fluxos de comunicação e registro de ocorrências**.
- 6.2. A governança contratual deverá observar os princípios da legalidade, da eficiência, da transparência e da responsabilidade administrativa, garantindo que os riscos associados à execução do contrato sejam tratados de forma tempestiva, documentada e alinhada ao interesse público.

Estrutura de Governança da Contratação

- 6.3. A gestão e a fiscalização do contrato observarão a estrutura definida no art. 117 da **Lei nº 14.133/2021**, bem como nos arts. 15 a 20 do **Decreto Estadual nº 11.363/2023**, compreendendo, no mínimo:
- **Gestor do Contrato**, responsável pelo acompanhamento global da execução contratual, pela coordenação das ações administrativas e pela adoção de providências decorrentes da materialização de riscos;
 - **Fiscal Técnico do Contrato**, responsável pela verificação do cumprimento das obrigações técnicas, operacionais e funcionais da solução contratada;
 - **Fiscal Administrativo**, quando designado, responsável pelo acompanhamento dos aspectos administrativos, financeiros e documentais da execução.

- 6.4. Essa estrutura visa assegurar que as decisões relacionadas à gestão de riscos sejam tomadas de forma fundamentada, com base em informações técnicas e registros adequados.

Fluxos de Comunicação

- 6.5. A comunicação entre a Administração Pública e a empresa contratada deverá ocorrer de forma **formal, rastreável e tempestiva**, preferencialmente por meio dos canais oficiais definidos no contrato, tais como:
- comunicações formais registradas nos autos do processo administrativo;

ordens de serviço, notificações e relatórios emitidos pelo gestor ou fiscal do contrato;

- registros em sistemas oficiais utilizados pela Administração, quando aplicável.

- 6.6. As comunicações relacionadas à ocorrência de riscos, falhas, incidentes ou não conformidades deverão ser realizadas **imediatamente após sua identificação**, de modo a permitir a adoção célere das medidas preventivas ou mitigadoras previstas nesta Matriz.

Registro de Ocorrências e Incidentes

- 6.7. Toda ocorrência relevante relacionada à execução do contrato, especialmente aquelas associadas aos riscos identificados nesta Matriz, deverá ser **formalmente registrada**, de forma clara e objetiva, contendo, no mínimo:
- descrição detalhada do fato ocorrido;
 - data e circunstâncias da ocorrência;
 - risco associado, conforme classificação desta Matriz;
 - medidas adotadas ou propostas para tratamento;
 - responsável pela adoção das providências.

- 6.8. Os registros de ocorrências deverão integrar os autos do processo administrativo ou sistema de gestão contratual adotado, constituindo histórico documental apto a subsidiar decisões administrativas, eventual aplicação de sanções, análises de desempenho e manifestações perante órgãos de controle.

Tratamento de Incidentes Críticos

- 6.9. Nos casos de incidentes críticos, tais como indisponibilidade relevante da solução, falhas de integração sistêmica, descumprimento de níveis de serviço ou incidentes de segurança da informação, deverão ser adotadas medidas imediatas, observando-se:
- comunicação tempestiva à Administração Pública;
 - acionamento dos mecanismos de contingência previstos contratualmente;
 - adoção das medidas corretivas pela contratada, sob acompanhamento do gestor e do fiscal do contrato;
 - avaliação da necessidade de aplicação de penalidades ou outras providências administrativas.

- 6.10. Quando aplicável, especialmente em situações envolvendo dados pessoais, deverá ser observado o disposto na **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD**, inclusive quanto à comunicação de incidentes às autoridades competentes.

Transparência e Rastreabilidade das Decisões

- 6.11. As decisões administrativas relacionadas à gestão dos riscos deverão ser **devidamente motivadas e documentadas**, assegurando a rastreabilidade das ações adotadas e a transparência do processo decisório.
- 6.12. A adequada documentação das comunicações, ocorrências e providências adotadas contribui para:
- a defesa da Administração e de seus agentes em eventuais auditorias ou fiscalizações;
 - a prevenção de litígios contratuais;
 - o aprimoramento contínuo da gestão contratual.

Considerações Finais do Tópico

- 6.13. A definição de mecanismos claros de governança, comunicação e registro de ocorrências fortalece a efetividade da presente Matriz de Riscos, assegurando que os riscos identificados sejam acompanhados de forma sistemática e integrada ao cotidiano da execução contratual.
- 6.14. Esse modelo de governança contribui para a **redução de incertezas**, a **mitigação de impactos adversos** e a **preservação da continuidade operacional da ZPE**, reforçando o compromisso da Administração Pública com a boa governança, a transparência e a eficiência na gestão dos recursos públicos.

7. RISCO RESIDUAL E ACEITAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO

7.1. Mesmo após a adoção das medidas preventivas e mitigadoras previstas nesta Matriz de Riscos, é reconhecido que **nem todos os riscos inerentes à contratação podem ser integralmente eliminados**, subsistindo o denominado **risco residual**, entendido como aquele que permanece após a implementação dos controles e tratamentos adequados.

7.2. No caso da presente contratação, o risco residual decorre, principalmente, da **complexidade técnica da solução integrada de tecnologia da informação**, da **criticidade operacional da Zona de Processamento de Exportação**, da **dependência de integrações com sistemas governamentais externos** e da **dinamicidade do ambiente regulatório aplicável aos recintos alfandegados**.

Avaliação do Risco Residual

7.3. A avaliação do risco residual considerou a efetividade das medidas de tratamento propostas, a capacidade de resposta da Administração Pública e da empresa contratada, bem como a relevância estratégica do objeto para o atendimento ao interesse público.

7.4. Conclui-se que os riscos residuais identificados:

- são **compatíveis com a natureza e a complexidade da contratação**;
- encontram-se em **nível aceitável**, diante das salvaguardas contratuais, dos mecanismos de fiscalização e da estrutura de governança estabelecida;
- não comprometem a viabilidade da contratação nem a continuidade operacional da ZPE, desde que mantido o adequado acompanhamento durante a execução contratual.

Aceitação do Risco Residual pela Administração

7.5. A Administração Pública, ciente dos riscos residuais associados à contratação e considerando a **relevância estratégica do objeto**, a **necessidade de atendimento às exigências da Receita Federal do Brasil** e os benefícios esperados com a implantação da solução integrada, **aceita de forma consciente e motivada os riscos residuais identificados**, nos limites desta Matriz de Riscos.

7.6. Tal aceitação não implica renúncia à fiscalização ou à adoção de medidas corretivas, mas representa o reconhecimento de que os riscos remanescentes são **inerentes à própria atividade administrativa e ao objeto contratado**, estando devidamente controlados e monitorados.

Condições da Aceitação do Risco Residual

7.7. A aceitação do risco residual pela Administração está condicionada:

- à observância integral das obrigações contratuais pela empresa contratada;
- à atuação diligente do gestor e do fiscal do contrato;
- à aplicação tempestiva das medidas corretivas e sancionatórias, quando cabíveis;
- à atualização da Matriz de Riscos sempre que houver alterações relevantes no objeto, no escopo ou nas condições de execução contratual.

7.8. Caso se verifique a elevação do nível de risco residual a patamar incompatível com o interesse público, a Administração deverá adotar as providências administrativas pertinentes, inclusive a revisão contratual ou outras medidas previstas em lei.

Considerações Finais do Tópico

7.9. O reconhecimento e a aceitação do risco residual, nos termos aqui expostos, demonstram maturidade no planejamento da contratação e aderência às boas práticas de governança e gestão de riscos na Administração Pública.

7.10. Esse procedimento contribui para a **transparência das decisões administrativas**, a **segurança jurídica do processo** e a **proteção dos agentes públicos**, evidenciando que a contratação foi precedida de análise criteriosa dos riscos e de decisão consciente quanto à sua assunção, em consonância com os princípios da legalidade, do planejamento, da eficiência e do interesse público.

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. A presente **Matriz de Riscos** foi elaborada em observância à legislação vigente, em especial à **Lei nº 14.133/2021** e ao **Decreto Estadual nº 11.363/2023**, constituindo instrumento de apoio ao planejamento, à execução, à gestão e à fiscalização da contratação destinada à implantação e locação de solução integrada para a operação da Zona de Processamento de Exportação do Estado do Acre – ZPE/AC.

8.2. Este documento integra o processo administrativo de contratação e deverá ser **formalmente vinculado ao Termo de Referência, ao Edital de Licitação e à Minuta do Contrato**, produzindo efeitos durante toda a execução contratual, nos termos do art. 91 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

8.3. A Matriz de Riscos deverá ser observada pelo **gestor e pelos fiscais do contrato** como referência para a identificação, o tratamento e o monitoramento dos riscos associados à execução contratual, servindo, ainda, como subsídio para a adoção de decisões administrativas, aplicação de penalidades, análise de pleitos contratuais e avaliação de desempenho da empresa contratada.

8.4. Ressalta-se que a Matriz de Riscos **não possui caráter estático**, podendo ser revista e atualizada sempre que houver alterações relevantes no objeto, no escopo, nas condições de execução contratual ou no ambiente regulatório aplicável, desde que devidamente motivada e formalizada nos autos do processo administrativo.

8.5. A utilização sistemática deste instrumento reforça o compromisso da Administração Pública com as boas práticas de governança, gestão de riscos, planejamento e controle, contribuindo para a **mitigação de passivos administrativos**, a **segurança jurídica da contratação** e a **preservação do interesse público**.

8.6. Por fim, declara-se que a presente Matriz de Riscos reflete análise compatível com a complexidade e a relevância da contratação, estando apta a subsidiar a execução contratual de forma eficiente, transparente e responsável.

Suelany de Oliveira Paiva

Coordenadora do Departamento de Relações Institucionais e Ambiente de Negócios

Ricardo Nascimento

Chefe do Departamento Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **SUELANY DE OLIVEIRA PAIVA, Coordenadora**, em 26/02/2026, às 11:21, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ RICARDO NASCIMENTO LIMA, Chefe de Departamento, em exercício**, em 26/02/2026, às 12:30, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019349165** e o código CRC **AB5FFDD**.

